

**WAGNER XAVIER DA SILVA**

**DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO  
NA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO  
TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO MUCURI**

**WAGNER XAVIER DA SILVA**

**DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO  
NA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO  
TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO MUCURI**

Monografia apresentado ao curso de  
Especialização em Educação do Campo da  
Faculdade de Educação, Universidade Federal  
de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Luiz de Oliveira Lima

Coorientador: Prof. Mgc. Fernando Conde Veiga

Itaipé / Belo Horizonte - MG

2014

## **AGRADECIMENTO**

Em primeiro lugar, agradeço a todos/as os/as agricultores/as que a exemplo dos meus avôs maternos, João e Geralda, me receberam em suas casas e quintais desde a minha infância, e que me possibilitaram apreciar um cafezinho na caneca de esmalte, uma quitanda feita na hora e um bate papo gostoso à beira do fogão a lenha. Aos meus pais que sempre me ensinaram a admirar e a respeitar esta gente tão especial que mesmo sob forte calor do sertão cearense ou chuvas torrenciais no sudeste vive um dia de cada vez, lavrando a terra para que possamos ter comida em nossas mesas. A minha esposa que tem se sacrificado para morar num lugar tão diferente da sua terra natal, mas que me abastece de forças para que eu possa continuar na caminhada. Ao meu filhote que com um simples sorriso me faz crer que vale a pena lutar por um mundo mais justo e harmônico, a todos os agricultores/as companheiros/as de luta, aos meus colegas de curso e educadores que me possibilitaram uma experiência incrivelmente valiosa onde aprendi muito a cada dia, ouvindo suas histórias de luta, sofrimentos e conquista, e por fim aos estudantes da Escola Família Agrícola de Carai, Catuji, Itaipé e Ladainha - EFACIL que resistem bravamente na escola mesmo diante de tantas dificuldades, numa demonstração de vontade e força que poucas vezes pude presenciar em minha vida.

## **RESUMO**

Esta pesquisa esta organizada em quatro capítulos e tem como proposta, verificar os aspectos históricos que direcionaram o processo de desenvolvimento da educação no espaço rural mucuriense, desde a criação da Cia do Mucuri em meados do século XIX, até os dias atuais.

A pesquisa traz um breve estudo sobre as propostas de implantação de escolas de Educação do Campo no Vale do Mucuri, procurando identificar os cenários, sujeitos envolvidos, estratégias e ações. Além de fatos que contribuíram positiva ou negativamente com tais propostas, de forma que possam servir como base de referencia a futuros projetos em Educação do Campo.

Nesse contexto, apresenta de forma mais aprofundada uma análise em torno dos processos de implantação das Escolas Família Agrícola que surgiram no âmbito do programa Territórios da Cidadania do Governo Federal, EFASET em Malacacheta e EFACIL em Itaipé.

### **Palavras-Chave**

Educação do Campo, Vale do Mucuri, Território, Desenvolvimento

## LISTA DE SIGLAS

AEEL - Associação Educacional Evangélica Luterana  
AEFACIL - Associação Escola Família Agrícola de Caraí, Catuji, Itaipé e Ladainha  
AMEFA - Associação Mineira das Escolas Família Agrícola  
AMUC - Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Mucuri  
CEFFA – Centro Familiar de Formação por Alternância  
CETO - Comunidade Evangélica de Teófilo Otoni  
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CTA - Centro de Tecnologias Alternativas  
DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável  
EFA - Escola Família Agrícola  
EFACIL - Escola Família Agrícola de Caraí, Catuji, Itaipé e Ladainha  
EFAPOL - Escola Família Agrícola do Povoado de Limeira  
EFASET - Escola Família Agrícola de Setubal  
GEPAF - Grupo de Extensão de Pesquisa da Agricultura Familiar  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IEDUCAN - Instituto Educacional Assistencial Nossa Senhora das Neves  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PROINF - Programa de Apoio a Infraestrutura em Territórios Rurais  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável  
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEDINE - Serviço de Atendimento e Informações Educacionais  
STR - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
UFV - Universidade Federal de Viçosa  
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
UnB - Universidade Nacional de Brasília – UnB  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## LISTAS DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Regionalização da província de Minas Gerais no Séc. XVIII .....	15
<b>Mapa 2</b> – Relação latitudinal entre Minas Novas e Diamantina, e as fozes dos Rios Mucuri e São Mateus .....	16
<b>Mapa 3</b> – Rota da Estrada de Ferro Bahia e Minas .....	22
<b>Mapa 4</b> –Território da Cidadania do Vale do Mucuri: Divisão Microrregional e Bacias Hidrográficas Adjacentes .....	25
<b>Mapa 5</b> – Escolas instaladas no perímetro rural do Vale do Mucuri .....	28
<b>Mapa 6</b> – Escolas e Projetos de Educação do Campo no Vale do Mucuri .....	31
<b>Mapa 7</b> – Comunidades Rurais de Agricultura Familiar e os Projetos de Educação do Campo no Vale do Mucuri .....	40

## LISTAS DE IMAGENS

Imagem 1 – Índios “Botocudos” .....	17
Imagem 2 – EFA Jacaré em Itinga.....	44
Imagem 3 - Reunião da AEFAOM comunidade de Setubal .....	45
Imagens 4 e 5 - Atividades práticas na EFA Araçuaí .....	45
Imagens 6 e 7 – Trabalho de divulgação da EFASET nas escolas .....	46
Imagem 8 – Sede da EFACIL .....	47
Imagem 9 – Reunião no STR / Itaipé para articulação da viagem a Itinga .....	48
Imagens 10, 11, 12 e 13 - Reuniões Itinerantes da AEFACIL nos STRs .....	50
Imagem 14 - Em viagem para a EFA Araçuaí .....	51
Imagem 15 - Conhecendo as dependências da EFA Araçuaí .....	51
Imagens 16 e 17 - Oficina para estabelecer o perfil da EFACIL .....	52
Imagens 18 e 19 - Inauguração da EFACIL .....	53
Imagem 20 - Aula Prática com a turma Defensores do Campo .....	56
Imagem 21- Motivação do 1º Plano de Estudos da turma Sementes do Futuro ..	56
Imagens 22 e 23 - Noite Cultural com os estudantes e a comunidade vizinha .....	57

## LISTAS DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Composição da População Urbana e Rural do Brasil, Região Sudeste, Minas Gerais e Vale do Mucuri em 2010.....	26
<b>Gráfico 2</b> - Composição da População Urbana e Rural na Microrregião Noroeste do Vale do Mucuri em 2010 .....	27



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
CAPITULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO VALE DO MUCURI .....	15
1.1 - O Vale do Mucuri e sua localização estratégica .....	15
1.2 - Vale do Mucuri - expropriação, colonização e desenvolvimento .....	16
1.3 - Primeiros Imigrantes .....	20
1.4 - Territórios Rurais e as novas perspectivas para a Agricultura Familiar .....	25
CAPITULO II - A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO RURAL DO VALE DO MUCURI....	29
2.1 - Primeiras escolas rurais no Vale do Mucuri .....	29
2.2 - Desenvolvimento da Educação do Campo no Vale do Mucuri .....	31
2.2.1 - Internato Rural em Teófilo Otoni .....	32
2.2.2 - Experiências em Educação do Campo da década de 1990 até 2003 .....	34
2.2.3 - Escola Família Agrícola do Povoado de Limeira – EFAPOL .....	34
2.2.4 - Escola Agrícola Terra Mãe .....	35
2.2.5 - Escola Família Agrícola de Carai .....	36
CAPÍTULO III - O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO VALE DO MUCURI .....	38
CAPÍTULO IV - PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS EFA's NO CONTEXTO TERRITORIAL DO VALE DO MUCURI .....	42
4.1 - Escola Família Agrícola de Setubal (EFASET) .....	43
4.2 - Escola Família Agrícola de Carai, Catuji, Itaipé e Ladainha (EFACIL) .....	47
4.2.1 - A EFACIL e os primeiros meses de funcionamento .....	54
4.2.2 - Análise das observações realizadas ao longo dos últimos sete meses .....	57
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Educação do Campo tem sido objeto de debates frente a uma demanda real dos povos camponeses de várias partes do planeta, principalmente nos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento como é o caso do Brasil, onde as questões referentes à oferta de educação para esta parcela considerável da população é vista e desenvolvida de forma precária e potencialmente degenerativa aos costumes e tradições de vários povos do campo brasileiro.

Essa realidade que é replicada em Minas Gerais, que possui regiões como o Vale do Mucuri onde a população residente no campo apresenta índices muito acima da média nacional, inclusive com vários municípios onde a população rural representa mais de 70% da população total. Além de outras peculiaridades que fazem dessa região, um espaço geográfico diferenciado.

Situação paralela ao contexto nacional, que vem constituindo ao longo das últimas décadas um quadro de luta principalmente por parte dos movimentos populares do campo, e que tem conseguido promover o desenvolvimento de centenas de projetos de Educação do Campo em várias partes do país, com implantação dos Centros Familiar de Formação por Alternância (CEFFAs), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), cursos de licenciatura e especialização em Educação do Campo e mais recentemente o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).

Ao concentrarmos nossa análise no estado de Minas Gerais, fica constatado a grande contribuição dos movimentos sociais em parceria com pastorais da Igreja Católica, a Associação Mineira das Escolas Família Agrícola (AMEFA), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e sua federação, e algumas universidades como, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Viçosa – (UFV) e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em prol de projetos e ações voltados à Educação do Campo, principalmente no contexto das Escolas Família Agrícola (EFAs) que atualmente somam vinte em todo estado.

Em Minas a força desse movimento alcançou algumas conquistas importantes como a Resolução nº 684 de 04 de julho de 2005 que regulamenta o pagamento de bolsas aos estudantes das EFAs. Porém, apesar de alguns esforços da Secretaria de Estado de Educação, muitas barreiras são encontradas nas Superintendências Regionais de Ensino de todo Estado durante o processo de Credenciamento e Autorização das EFAs, muitas vezes por falta de conhecimento técnico dos servidores e em alguns casos por falta de entendimento e interesse pela promoção de uma educação contextualizada e libertadora.

De acordo com o Fernandes, Cerioli e Caldart (1998), há no Brasil uma tendência dominante de considerar a maioria da população que vive no campo, como a parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade e na lógica desse pensamento, não haveria necessidade de políticas públicas específicas para estas pessoas.

De acordo com Palitot (2007), apesar do Brasil ser um país eminentemente agrário, a educação rural sempre foi relegada a segundo ou terceiro plano e considerada um apêndice da educação urbana. E nesse sentido não precisamos fazer muito esforço para constatar que ela está com toda razão, pois, via de regra, a maioria das escolas instaladas em comunidades rurais e/ou em perímetros urbanos que têm sua clientela formada também por estudantes oriundos do meio rural, adotam currículos e práticas voltadas para a realidade urbana, capitalista e em muitos casos carregados de muito preconceito ao povo do campo.

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, criou-se a esperança de que haveria uma guinada na situação, pois o seu Artigo 28 contempla currículos e metodologias apropriadas às reais necessidades da população rural, adequação do calendário escolar às fases dos ciclos agrícolas e climáticos e adequação à natureza do trabalho no meio rural.

Porém, como bem ressalta Saviani (2000), a LDB é falha ao contemplar apenas a formação escolar e formal, não levando em conta os ambientes sociais como espaços de formação do ser humano, o ambiente familiar, do trabalho, dos movimentos e organizações sociais, as manifestações culturais, enfim, os ambientes e pessoas que fazem parte do cotidiano de cada educando.

Fernandes (1998) defende que, na construção da escola que queremos, não é de interesse a cópia de modelos importados, de escolas que não contribuam para a compreensão das realidades camponesas, esta escola possui valores singulares que vão em direção contrária aos valores burgueses.

Após quinze anos da realização da Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, a impressão que temos é de que esta situação pouco se alterou e onde a evolução aconteceu foi em consequência de ações afirmativas dos atores locais e/ou movimentos sociais e religiosos ligados ao campo.

Segundo Arroyo (1999), ocorre no país um movimento de renovação pedagógica de raízes populares e democráticas como nunca se viu antes. Esse movimento tem base nos movimentos sociais e governos populares que não aceitaram esta marginalização/exclusão e foram à luta, construindo alternativas de resistência econômica, política e cultural, muitas delas com forte apelo por uma Educação do Campo decente.

Como podemos verificar em Silva (2012), nos últimos anos, o movimento pela Educação do Campo tem conquistado um amplo espaço no meio acadêmico e na agenda política nacional. Conquista que deve ser creditada ao poder de articulação e organização dos movimentos sociais ligados ao campo que, ao longo das últimas décadas, vem desenvolvendo projetos bastante exitosos de educação para o povo camponês, despertando o olhar acadêmico e impulsionando o surgimento de políticas públicas específicas. Porém, nesse mesmo cenário ainda são muitos aqueles que veem a Educação do Campo com algo desnecessário ou inconveniente, pois acreditam que num mundo “moderno” e globalizado o melhor mesmo é a homogeneização dos atos e pensamentos.

Para subsidiar este trabalho e possibilitar a obtenção de resultados confiáveis, foi realizado como estratégia de investigação um estudo qualitativo em nível microrregional. A principal fonte de dados é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), porém, muitas informações foram obtidas através de entrevistas e questionários aplicados junto aos sujeitos envolvidos nas caminhadas pela Educação do Campo na região.

Outra ampla gama de informações foi extraída das Atas da Associação Escola Família Agrícola de Caraí, Catuji, Itaipé e Ladainha (AEFACIL), disponível na secretaria da Escola Família Agrícola de Caraí, Catuji, Itaipé e Ladainha (EFACIL), onde atuei como Diretor por cinco meses e continuo trabalhando como

professor externo há três com as disciplinas de Arte, Sociologia e Geografia, também pesquisei alguns autores regionais, documentos históricos e artigos, além de pesquisa assistemática, observações ao longo dos oito primeiros meses de funcionamento da EFACIL e um resgate daquilo que tenho presenciado ao longo da minha militância junto à cultura popular, ecologia e as questões que permeiam a vida do povo camponês principalmente nessa região.

Contudo, não desprezamos a leitura de renomados pensadores que há algumas décadas tem se debruçado sob a temática social rural, sobretudo no que se refere à Educação do Campo.

Ao analisar o PTDRS, ficou constatado que a falta de um modelo educacional que contemple a realidade camponesa em seus vários aspectos é um dos principais responsáveis pela baixa escolaridade da população do campo, o aumento constante do êxodo rural definitivo e/ou sazonal e um processo de aculturação dos povos rurais da região, sobretudo entre os jovens.

Veremos também que ao longo do processo de colonização do Vale do Mucuri, a grande maioria dos agricultores da região enfrentou gravíssimos problemas com relação ao acesso a educação formal e ao focar nossa análise para escolas que promoveram e/ou promovem um diálogo com as diversas realidades locais, percebemos que a distância entre a oferta e a demanda é abissal.

Todavia, cabe ressaltar a valorosa contribuição de religiosos com os pastores Hollerbach Walter Dörr, de entidades como a Associação Educacional Evangélica Luterana (AEEL) e Instituto Educacional Assistencial Nossa Senhora das Neves (IEDUCAN), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região que historicamente lutam pelo e com o povo camponês e mais recentemente do Grupo de Extensão de Pesquisa da Agricultura Familiar da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (GEPAF/UFVJM) que há quase dez anos vem desenvolvendo um importante trabalho de pesquisa, articulação e mobilização junto às populações rurais do Mucuri e região.

Creio que seja bom ressaltar que não sou educador por formação e apesar de ter nascido e residido boa parte da minha vida em Vitória, capital do estado do Espírito Santo, minha ligação com o campo e sua gente vem da infância, uma vez que sou filho de uma agricultora do norte Espírito santense que precisou se deslocar para a cidade grande a exemplo de tantos outros milhares de brasileiros. Além disso, já estive radicado em outras quatro cidades do interior no Brasil devido às peculiaridades do trabalho exercido pelo meu pai com comprador de café.

Aos dez anos foi para Teófilo Otoni com minha família e aos dezoito retornei para o Espírito Santo para estudar, tendo me graduado como Bacharel em Turismo em 2003, retornando no ano seguinte a Teófilo Otoni.

Minha relação com a educação tem início em 2005, e basicamente ocorreu por necessidade, uma vez que não estava fácil conseguir trabalho na minha área de formação. Foi então que decidi participar de alguns editais para concorrer ao cargo de professor. Após alguns editais e quase desistindo, consegui um cargo para trabalhar com a disciplina de história no Povoado de Maravilha, onde poucos aceitavam ir trabalhar devido principalmente aos quase cem quilômetros que separam o povoado da sede do municipal.

O que para muitos soava como um castigo, para mim veio com oportunidade e dádiva, pois foi lá que comecei a me entender como educador e a compreender as dificuldades daquela gente que vivia quase isolada e com poucas perspectivas de futuro.

Em 2008 e por opção, passo a residir em Itaipé onde pela primeira vez ouço falar em Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e Escola Família Agrícola, e à medida que ia me inteirando e vivenciando esse universo, passei a me tornar parte dele.

O presente trabalho que está organizado em quatro capítulos e tem a proposta de verificar alguns aspectos históricos e geográficos da região, identificando os pontos mais importantes do processo de colonização, movimentos migratórios, composição étnica, estrutura fundiária, alguns aspectos naturais e desenvolvimento do território. Elementos fundamentais ao entendimento do processo evolutivo da educação no espaço rural mucuriense.

No Capítulo I abordaremos principalmente os aspectos históricos e geográficos, buscando ilustrar em linhas gerais o cenário do Vale do Mucuri, desde a primeira bandeira que data de 1734 até os dias atuais.

O segundo capítulo trás um perfil da malha educacional existente no campo mucuriense, que tem início logo após a chegada do Pastor Hollerbach em 1862 e se estende até os dias atuais, num cenário onde ainda imperam as escolas tradicionais, mas que conta também com alguns projetos importantes voltados à Educação do Campo, como é o caso do Internato Rural, Escola Agrícola Terra Mãe e das EFAs. Nesse bojo foram identificados alguns projetos exitosos e outros não.

O Capítulo III apresenta uma análise do programa Territórios da Cidadania e sua influencia no desenvolvimento de ações pró Educação do Campo no Vale do Mucuri.

Já o quarto e último capítulo apresenta os processos de desenvolvimento das duas EFAs implantadas e em funcionamento na região, abordando os processos históricos de surgimento das demandas, idealização dos projetos, articulação, mobilização, ações efetuadas, construção de políticas públicas, dificuldades encontradas, processo de credenciamento e autorização e perspectivas futuras.

Por fim, e sem a menor pretensão de apresentar uma receita que garanta sucesso no processo de constituição de um projeto de Educação do Campo, o presente trabalho apresenta uma análise comparativa dos projetos de Educação do Campo identificados no Vale do Mucuri, procurando oferecer indicativos de procedimentos capazes de auxiliar na condução da ideia de escolas do campo até sua constituição de fato.

É importante ressaltar que não é objetivo desse trabalho, condenar esta ou aquela experiência mal sucedida, pois é sabido que cada projeto de Educação do Campo é desenvolvido por pessoas diferentes, em locais e contextos diferentes, com intenções e necessidades diferentes e que estão sujeitos ao apoio ou contestação de pessoas, grupos, entidades e governos diferentes.

E se, atualmente, algumas políticas públicas estão postas, certamente não é pela bondade e fraternidade da maioria dos políticos. Salvo exceções, o que temos são políticas públicas que nasceram da pressão dos movimentos sociais que lutam pela terra e por uma vida digna no campo brasileiro e, também, é claro, do inegável legado que muitas escolas do campo vêm deixando para a posteridade.

E foi no desdobramento desse processo de conquistas relativas à educação digna ao povo do campo que surgiram os projetos das EFAs no Vale do Mucuri.

## CAPITULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO VALE DO MUCURI

Para que possamos entender melhor os projetos de Educação do Campo na região, em especial aqueles que culminaram na criação da Escola Família Agrícola de Setubal (EFASET) e da EFACIL, respectivamente nas microrregiões oeste e noroeste do Vale do Mucuri, faz-se necessário conhecer alguns aspectos históricos e geográficos.

Nesse sentido, iremos descerrar sobre a localização do Vale do Mucuri e sua posição estratégica; a Companhia do Mucuri, o processo de ocupação territorial, a composição étnica efundiária da região. Elementos que determinaram o uso do solo, a distribuição da população e o desenvolvimento sociocultural e econômico tão distinto entre microrregiões de um mesmo território.

### 1.1 - O Vale do Mucuri e sua localização estratégica

Como podemos observar no Mapa da Regionalização de Minas Gerais no século XVIII, o Vale do Mucuri fazia parte de uma vasta região conhecida por Sertão, tendo como enclave Minas Novas a noroeste. Nesse período o único caminho dos sertões das Gerais até a Capital do Império, era a Estrada Real que tinha início em Diamantina e dois destinos possíveis, a capital Rio de Janeiro e Parati, no sul da província do Rio de Janeiro, próximo a divisa com a província de São Paulo.



Mapa 1 - Regionalização da província de Minas Gerais no Séc. XVIII.  
Fonte: <http://www.scielo.br/img/revistas/rbh/v27n53/a06map1.jpg>



Diante dessa situação e conhecedores de que dois rios largos e calmos tinham suas fozes em latitudes próximas as de Minas Novas e Diamantina, como podemos observar nos mapas abaixo. A partir da primeira metade do século XVIII algumas investidas à região foram realizadas.



Mapa 2 – Relação latitudinal entre Minas Novas e Diamantina, e as fozes dos Rios Mucuri e São Mateus. Mapa desenvolvido com o auxílio do programa Google Earth.

Os rios em questão são o Mucuri que deságua em Mucuri no sul da Bahia e o São Mateus de deságua em Guriri / São Mateus no norte do Espírito Santo.

Após a expedição realizada pelo engenheiro francês, Pedro Victor Renault em 1836 e que iremos detalhar mais a frente, ficou comprovado que o Rio Mucuri era navegável até certa altura e que o Vale do Mucuri era o ponto mais próximo entre a província de Minas Gerais e o Oceano Atlântico. Tais comprovações culminariam mais tarde na criação da Companhia de Comercio e Navegação do Rio Mucuri e a fundação da Vila de Philadélphia, hoje Teófilo Otoni.

## 1.2 - Vale do Mucuri - expropriação, colonização e desenvolvimento

Antes de discorrermos sobre a colonização e o desenvolvimento do Vale do Mucuri, é importante ressaltar que há muito, a região era habitada por um grande contingente indígena composto por diferentes sociedades: os macuni, machacali, naknenuk, aranau, bakuê, bituruna, jiporok e outras etnias, Soares (2010), que foram praticamente banidas do mapa face à ocupação colonizadora e às ambições de TheophiloBenedicto Otoni e da província que necessitava encurtar a viagem dos sertões das Gerais até o Litoral.

Com a exaustão crescente dos depósitos auríferos em Minas Gerais, os portugueses se voltavam para a exploração da terra no interior do país e com a chegada de Dom João esta situação foi acentuada, pois eram necessários víveres para alimentar a corte e estradas para transportá-los, impulsionando assim a expansão das fronteiras da civilização para as terras brutas do nordeste de Minas, cobertas pela densa Mata Atlântica, dominada pelos irreduzíveis botocudos.

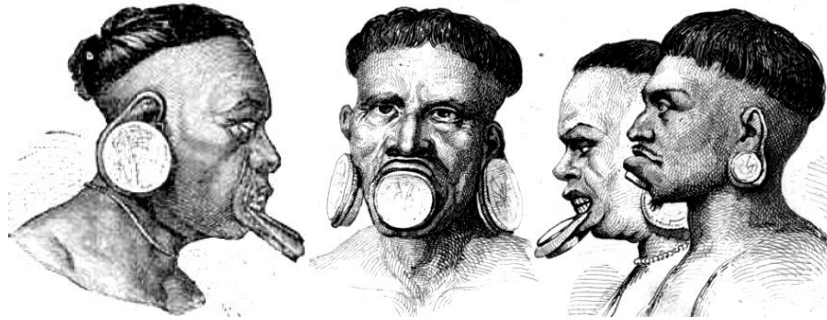


Imagem 1 – Índios “Botocudos”. Fonte: [www.poesias.omelhordaweb.com.br](http://www.poesias.omelhordaweb.com.br)

O derogatório e ofensivo nome “botocudo” foi dado aos povos histórica e geneticamente heterogêneos do grupo linguístico macro-jê que habitavam o nordeste de Minas Gerais, o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo, devido a semelhança entre os botoques (rolhas dos barris de vinho) e os discos de madeira utilizados pelos nativos para expandir o lábio inferior e os lóbulos das orelhas.

Nômades, caçadores e coletores, caracterizavam-se pela extrema belicosidade e de acordo com relatos não toleravam a presença de invasores, usavam táticas de guerrilha para atacar fazendas, matar colonos e aterrorizar todos os que se aproximassem de seus territórios.

De acordo com Pena (2008), ao perceber os botocudos como ameaça, em maio de 1808, o príncipe regente dom João, assinou uma carta régia mandando fazer guerra aos botocudos acusando-os de “...praticar as mais horríveis e atrozes cenas da mais bárbara antropofagia, ora assassinando os portugueses e os índios mansos por meio de feridas, de que sorvem depois o sangue, ora dilacerando os corpos e comendo os seus tristes restos”. Atualmente, a maioria dos estudiosos acredita que esse canibalismo pode nunca ter acontecido.

Em 1734 havia passado pelas terras do Mucuri a bandeira do mestre de campo João da Silva Guimarães à procura de fortuna fácil, das pedras preciosas, ou mais precisamente diamante e ouro. Atravessou um rio por várias vezes e o batizou de Rio Todos os Santos, imaginando ser um afluente da margem direita do Rio São Mateus, quanto na verdade se tratava de um dos principais afluentes do Rio Mucuri.

No ano de 1815, Bento Lourenço Vaz de Abreu Lima, garimpeiro de Minas Gerais, acompanhou com sua turma um rio que pensava ser o São Mateus e após cinquenta dias de dura jornada, chegou a São José do Porto Alegre, atual Mucuri na Bahia, marcando a descoberta oficial da calha principal do Rio Mucuri.

Porém, a colonização do Vale do Mucuri tem início de fato quando o então Presidente da Província de Minas Gerais, Antônio da Costa Pinto deu ordem ao engenheiro francês, Victor Renault, para explorar o percurso do Rio Todos os Santos e Mucuri até sua foz no oceano para descobrir um lugar apropriado para uma colônia de degredados. Renault embarcou em canoas fabricadas por seu próprio pessoal, às margens do Rio Todos os Santos aos 13 dias do mês de setembro de 1836, e após dezesseis dias chega à foz do Mucuri em São José do Porto Alegre.

As incursões anteriores pela região do Mucuri tiveram caráter aventureiro a procura de riquezas minerais, uma vez que as lavras de Ouro Preto, Tejuco e Minas Novas estavam se esgotando, no entanto, a expedição de Renault foi a primeira de cunha científico, como podemos observar em alguns trechos do relatório apresentado ao Governo da Província de Minas, em Ouro Preto, em 1837:

Ex.mo Snr. Antonio da Costa Pinto. - Mandado pelo Ex.mo Governo de Minas Geraes a explorar as mattas comprehendidas pelos rios Mucury e Todos os Santos, onde o mesmo Governo tenciona estabelecer uma colonia de degredados e vagabundos, .....

À vista destas mattas tão vastas, gigantescas, bellas e ricas regadas por tão abundantes rios; á vista desses magestosos arvoredos, cujas frondosas copas impediam a penetração do Sol até as humildes plantas que rastejavam no chão...

O rio Mucury até encontrar o rio Preto, que desagua n' elle, na parte norte, é largo e magestoso; para baixo do rio Preto encontra-se o primeiro cordão de serranias, sobre as quaes elle faz grande numero de entaipadas e travessões, que apezar da muita correnteza não offerecem nem dificuldades, nem perigos aos navegantes, podendo asseverar a V.Ex.ia, que sómentetres vezes tivemos de conduzir as cargas na distancia de 40 a 50 passos apenas.

O rio Mucury corre para Léste-Sudéste e serve de limite natural ás províncias brazileiras do Espirito Santo e Bahia.

A trinta leguas rio-ácima existe outro limite natural entre a Provincia de Minas(ao Oeste) e Bahia(a Léste); é uma cordilheira que corre de Norte a Sul, e na qual tem nascimento muitos rios.

D' esta cordilheira em diante o rio corre com muita mansidão, e é chamado pelos naturaes - Rio de Areia -.

A barra do Mucury é uma das melhores na costa Sul do Brazil, pois tem canaes de 8,14 ou 18 palmos d' agua (maré baixa), com fundo de lama e agua doce para as embarcações.....

Ouro Preto, em 2 de Abril de 1837.

(Trecho do Relatório de Victor Renault, apresentando ao Governo de Minas Gerais os resultados de 15 meses de viagem ao longo dos rios Mucuri e Jequitinhonha)

Com a saída de Antônio da Costa do governo da Província, o plano de uma colônia de degredados no nordeste mineiro ficou esquecido, até que Theophilo Benedicto Ottoni tomou conhecimento do relatório de engenheiro Victor Renault que dava como navegável boa parte do Rio Mucuri. E em 1841 quando já estava na Câmara Federal, defendeu a criação de uma ligação do norte de Minas com um porto no sul da Bahia.

No ano de 1845 o governo baiano através do general Francisco José de Souza Soares, organizou uma expedição ao Mucuri, sob o comando do Tenente Hemenergildo Antônio Barbosa de Almeida, com o intuito de fundar uma colônia militar no lado do Rio Mucuri, mostrando dar importância aquelas terras devolutas.

Neste mesmo ano, o presidente da Província de Minas, Quintiniano José da Silva, mandou o tenente João José da Silva Deodoro repetir os exames de Renault, querendo realizar o pensamento de que se ocupara a administração Costa Pinto em 1837, e aos 4 dias do mês de fevereiro de 1847 Ottoni falou à Assembleia:

Em todo o sistema fluvial de Minas, é o Rio Mucuri um daqueles que no presente, oferece maiores vantagens, não só por sua fácil navegação como pela fertilidade de suas matas e pela salubridade do seu clima. Não preciso alongar-me para vos convencer da vantagem da colonização do Mucuri, e felizmente esta empresa tem ganho a maior popularidade em Jequitinhonha, o meu plano é, além de complexa exploração do rio, torná-lo quanto antes navegável, ao menos por canoas, desde a Barra de Todos os Santos até sua foz no oceano, na vila de São José do Porto Alegre.

Confiando nos relatórios de Renault, Hemenergildo e Deodoro, Quintiliano, assinou em maio de 1847 com o governo imperial e em agosto do mesmo ano com a província de Minas, as condições para incorporação de uma companhia de comércio e navegação do Rio Mucuri, que denominaria Cia do Mucuri, cujo objetivo principal era a comercialização de produtos das regiões do Serro Frio, Diamantina e Minas Novas com a Corte em São Sebastião do Rio de Janeiro e Salvador, por um caminho muito mais curto do que o existente até então.

O sonho de ligar a região de Minas Novas e Serro Frio ao mar através de um caminho mais curto que por Ouro Preto tornou-se uma obsessão para Ottoni, que aos 7 de setembro de 1853, fundou a confluência do córrego Santo Antônio com o rio Todos os Santos a Vila de Philadélphia.

Os primeiros habitantes da vila foram colonos brasileiros cuja procedência não fora identificada nas pesquisas. Sabe-se porém que, o engenheiro Roberto Schlobach e Otto Voigt, auxiliares diretos de Ottoni foram os primeiros alemães a se fixarem em Philadélphia, hoje Teófilo Otoni.

### 1.3 - Primeiros Imigrantes

Essa abordagem faz-se necessária para subsidiar o entendimento da formação étnica e da ocupação do território mucuriense.

A determinação a estabelecer núcleos coloniais, confiados a imigrantes europeus, especialmente germânicos, fez com que em 1854, Ottoni firmasse um contrato com a Firma Schlobach e Morgenstern de Leipzig na Alemanha para aquisição sucessiva de dois mil colonos, e que na maioria fossem agricultores que dispusessem de recurso financeiro mínimo de 360\$000 (trezentos e sessenta mil reis). Cláusula foi desonrada pela contratada que passou a enviar pessoas sem a devida classificação, sem o recurso exigido e até de dúvida moral, Rothe (1956).

Os primeiros colonos estrangeiros só chegaram a Philadélphia em 1855, sendo 154 portugueses oriundos da Ilha da Madeira e que se estabeleceram na Colônia Militar do Urucu.

Em 1856 chegaram os primeiros europeus: alemães, belgas, suíços, franceses, holandeses e iugoslavos que vieram como colonos patrocinados pela Cia do Mucuri e instalados em duas áreas: a urbana, em que se concentravam vários tipos de especialistas, como engenheiros, marceneiros, ferreiros, carpinteiros, oleiros, professores, enfermeiros, comerciantes e etc; e a área rural, onde se formaram as colônias agrícolas nas terras adjacentes aos córregos de São Benedito e São Jacinto, onde até hoje estão radicados muitos dos seus descendentes. Aos suíços e alsacianos foram cedidas as terras ao longo do rio Santo Antônio, e aos holandeses, franceses e belgas, às margens do rio Urucu, Rothe (1956).

Philadélphia pertencia a Minas Novas, sendo elevada a Distrito e Freguesia em 23 de agosto de 1857, data de inauguração da primeira estrada de rodagem planejada do Brasil, a estrada de Santa Clara, com início na cachoeira de Santa Clara no Rio Mucuri, onde hoje temos o município de Nanuque, seguindo por 170 km até Philadélphia, de onde o transporte seguia em lombo de muares, em uma picada dentro da mata até Minas Novas, passando pelo Alto dos Bois, localidade na entrada da floresta. No sentido leste, a partir da cachoeira de Santa Clara a comunicação com o Oceano Atlântico se fazia por via fluvial através do rio Mucuri.

Nesse mesmo ano o médico e educador, Dr. Manoel Esteves Ottoni cria a primeira escola do Mucuri, na fazenda Itamunheque, sendo ele o professor.

Philadélfia foi criada para dar apoio à Companhia do Mucuri, uma vez que era a sede da empresa. No local foram erguidos armazéns para estocagem e venda de produtos da terra ou da Corte e instalada a alfândega onde se pagava um pedágio para se transitar na estrada Santa Clara. Foi uma das primeiras cidades projetadas do Brasil, talvez porque a ideia de seu fundador era criar a Província do Mucuri, tendo Philadélfia como capital.

Em 1858 uma forte seca atingiu a região e parte dos 4.000 colonos que habitavam as terras do Mucuri avançou sobre as matas, inaugurando novos caminhos, formando vilas e promovendo um acelerado povoamento do território.

Com a falência da Companhia do Mucuri em 1861, os primeiros colonos, viveram isolados no tempo, na história e geograficamente, lutando bravamente para sobreviverem por um período de mais ou menos trinta anos.

Em 1862, chega ao Mucuri o Pastor Johann Leonhardt Hollerbach, da Sociedade Evangélica Missionária da Basileia, da Igreja Luterana alemã que já em 1963 funda a segunda escola do município na qual eram ministradas aulas em alemão e português tanto para aqueles que viviam em Philadélfia, quanto para os que viviam nas colônias rurais.

De acordo com Weyrauch (1997) e Keim (2012), Pastor Hollerbach, como é mais conhecido foi um importante personagem da história do Mucuri, que desde a sua chegada, demonstrou grande preocupação com a educação, inclusive para os colonos que habitavam as áreas rurais da região, tendo se dedicado a esta causa com muito afincamento conforme podemos no trecho onde ele diz:

Quanto à escola, até agora, pude fazer bem pouco. Minha grande paróquia dificulta a minha presença com regularidade, nas aulas; igual obstáculo para o comparecimento dos alunos é a grande distância entre as fazendas e a escola... Os colonos requerem várias escolas, uma para cada córrego ou distrito... Estaria pronto para sacrificar o sangue do meu coração, se pudesse conseguir resultados bons e duradouros; no entanto, as condições são tão desfavoráveis que muitas vezes quero desanimar... e, mesmo com todo o trabalho, os resultados só podem ser fragmentados... pois, escola não se pode carregar atrás de cada um ... (Hollerbach, 1963).

As ações e ideias de Hollerbach motivaram a abertura de escolas nas comunidade/colônias de Lajinha, Liberdade, Potonzinho, Cedro, Córrego Santana e Francisco Sá, e também em regiões adjacentes ao Mucuri onde dava assistência. Através de sua militância promoveu o entendimento de que a educação era essencial ao desenvolvimento humano. Legado que ainda permanece no céu da comunidade luterana do Mucuri até os dias atuais.

Com a consolidação do Vale do Mucuri como primeiro caminho que ligava o sertão de Minas Gerais ao mar atravessando a Mata Atlântica, em 1878, através da Lei nº 2.486 de 9 de novembro o Distrito de Philadélfia alcança a sua emancipação política, recebendo o nome de Teófilo Otoni, em homenagem a seu fundador que falecera em 17 de outubro de 1869.

Em 1896 chega a Teófilo Otoni o Sr. Abel Jacinto Ganem, primeiro libanês a fixar residência na cidade. Ele fez parte da primeira geração de imigrantes sírios e libaneses a pisar em solo brasileiro que aconteceu entre 1880 e 1920 quando houve intenso êxodo internacional naqueles países. Posteriormente outros tantos daquela região chegariam ao Mucuri como se pode constatar nas obras de Cabreira(2001), Fígole e Vilela (2004) e Gattaz (2005).

Após a falência da Cia do Mucuri, muita coisa não ia bem até que em 03 de maio de 1898 é inaugurada a estação ferroviária da Estrada de Ferro Bahia e Minas em Teófilo Otoni abrindo definitivamente um caminho para o mar, através do porto de Caravelas na Bahia. Tal acontecimento revolucionou a economia da região através do extrativismo e da agricultura, uma vez que a região passava a contar com um meio de transporte mais viável para o escoamento da produção. Outro aspecto importante com relação à Estrada de Ferro Bahia e Minas foi a chegada de ferroviários e suas famílias vindos das regiões central e sul do estado.

Conforme podemos observar na ilustração abaixo, o itinerário da Estrada de Ferro Bahia e Minas se estendia de Araçuaí no Vale do Jequitinhonha até Ponta de Areia na Bahia, tendo seu maior trecho no território do Mucuri, indo de Brejaúba/Ladainha até Aimorés, hoje Serra dos Aimorés.



Mapa 3 – Rota da Estrada de Ferro Bahia e Minas.

Fonte: <http://www.fundacaorale.blogspot.com.br/p/efbm.html>

A partir do início do século XX a economia regional é alicerçada na extração de madeira de lei, na produção de café e cereais, Teófilo Otoni toma outros rumos, e começa a construir uma infraestrutura de cidade progressiva. Progresso que chega também a outros municípios da região, principalmente àqueles onde passava a Estrada de Ferro Bahia e Minas, como Ladainha, Poté, Carlos Chagas, Nanuque e Aimorés.

A preocupação com a educação pelo menos para a elite promoveu a criação da Escola Normal do Colégio São Francisco no final da década de 1920 pela Congregação das Irmãs Penitentes Ricoletinas, cujo funcionamento ficou a cargo das Madres Franciscanas que ao longo de 44 anos, formou uma legião de educadoras que muito contribuíram no ensino pela região. Em 1928 é criado o Ginásio Mineiro, com cinquenta alunos em seu primeiro ano de funcionamento.

Com a crise do café em 1929, as atividades da Estrada de Ferro Bahia e Minas foram seriamente atingidas e onde antes havia mata densa, começa a despontar de forma promissora a pecuária extensiva.

A partir da década de 1930 a exploração de gemas semipreciosas é intensificada na região do Mucuri, fortalecendo principalmente o comércio de Teófilo Otoni, que presencia também um a florescimento da educação e da cultura, assumindo de vez o papel de polo regional. Nesse período mesmo sem a garantia de encontrar um pedaço de terra para tomar posse, muitas migrações ocorreram, principalmente do Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas e do estado da Bahia, que na grande maioria foi trabalhar nas grandes fazendas como agregados, dedicando-se principalmente à derrubada das matas e plantios de subsistência sendo explorados com mão de obra barata.

Com a decadência da atividade cafeeira, e posterior ascendência da atividade pecuária que demanda pouca mão de obra, ocorre um súbito esvaziamento populacional nas áreas rurais do Mucuri e dentre aqueles que conseguiram permanecer a maioria foi para as cabeceiras do Rio Mucuri, onde não por acaso temos hoje um grande contingente habitacional de agricultores familiares, que cultivam as terras altas com uma grande diversidade de cereais, hortaliças e frutas, além da atividade cafeeira, mandiocultura, pecuária e criação de pequenos animais. Inversamente, temos o baixo Mucuri onde predominam os latifúndios com a pecuária extensiva e a silvicultura.



Com a construção da BR-116 em 1947, ligando a região Sul ao Nordeste brasileiro, Teófilo Otoni avança um pouco mais e tem uma súbita expansão populacional. Na década de 1950 vivendo a maré desenvolvimentista dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, ficou conhecida internacionalmente e viveu o auge do comércio das pedras preciosas e semipreciosas, principalmente após a extração de uma água-marinha que pesa 24,8 quilates em 1955, denominada na época de Marta Rocha, devido à semelhança da sua cor com os olhos da Miss.

Os anos finais da década de 1950, marca o início de um período de abertura de diversas escolas rurais pela região e seguindo os passos de Hollerbach, em 1963 o pastor Walter Dörrcria o Internato Rural para capacitar os filhos e filhas dos camponeses na arte do trato com a terra, conforme veremos a frente.

Em 1965 foi instalada em Teófilo Otoni a 37ª Superintendência Regional de Ensino - SRE para atender os municípios do Vale do Mucuri e parte dos Vales do São Mateus, Rio Doce e Baixo Jequitinhonha.

No início da década de 1970, é inaugurada a FENORD, primeira Faculdade de Teófilo Otoni, Vale do Mucuri e de todo nordeste mineiro.

Em meados da década de 1990 surgem dois projetos voltados à Educação do Campo na região central do Vale do Mucuri, sendo uma tentativa de implantação de EFA no município de Pavão e outro em Novo Oriente de Minas que culminou com a implantação da Escola Agrícola Terra Mãe, em funcionamento até os dias atuais, conforme veremos com mais detalhes no próximo capítulo.

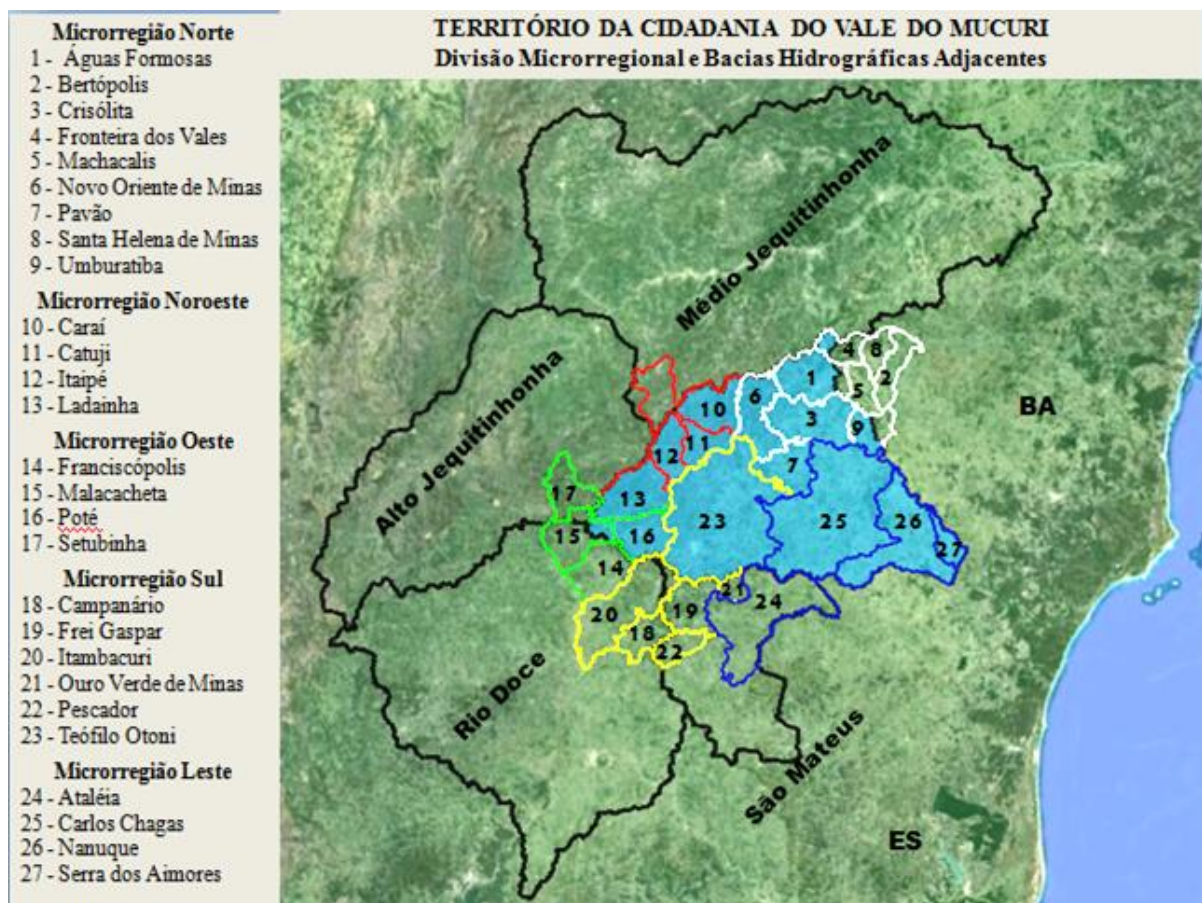
Teófilo Otoni que possuía já na década de 1990 um comércio forte e um setor de serviços bem desenvolvido, protagoniza no início deste século um novo momento de transformação econômica com a instalação de cinco faculdades particulares, um polo da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e um Campus da UFVJM que por meio do GEPAF, vem desenvolvendo inúmeras ações em prol do povo camponês do nordeste mineiro.

Podemos observar que desde os primórdios da colonização do Vale do Mucuri, as atividades ligadas ao campo estiveram presentes, no início com a exploração da madeira e produção de subsistência, depois vieram as primeiras lavouras, com destaque para o café que até os dias atuais ainda é um dos pilares econômicos de municípios como Itaipé, Ladainha e Ouro Verde de Minas, posteriormente destacam-se a pecuária e a exploração mineral, expondo assim a inegável importância do setor rural para a região.

## 1.4 -Territórios Rurais e as novas perspectivas para a Agricultura Familiar

Em 2003 o Governo Federal cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) instituiu programa Territórios Rurais, que posteriormente passaria a Territórios da Cidadania com uma abordagem no desenvolvimento territorial e norteador de políticas públicas. Neste sentido, o Território do Mucuri foi um dos primeiros a ser constituído em Minas Gerais.

Sua composição não esta restrita aos limites da bacia hidrográfica do Rio Mucuri, integram este território municípios do Vale do Rio Doce, São Mateus, Itanhém, Jequitinhonha, Peruípe e Itaunas, obedecendo, portanto, uma política de relacionamento, totalizando 27 municípios que correspondem à área de atuação da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Mucuri (AMUC) e devido à uma série de particularidades, o território foi subdividido por seu colegiado em cinco microrregiões, conforme podemos observar no mapa abaixo:



Mapa 4 –Território da Cidadania do Vale do Mucuri – Divisão Microrregional e Bacias Hidrográficas Adjacentes. Mapa desenvolvido com o auxílio do programa Google Earth.

O programa é um fórum de discussões sobre as questões gerais que afetam direta e indiretamente a vida do povo camponês e é composto por representantes dos governos municipais, estadual e federal, além de representantes da sociedade civil, como movimentos sociais, sindicatos, comunidades tradicionais, associações comunitárias e organizações não governamentais.

Hoje temos um território muito bem delineado. Enquantomunicípios como Teófilo Otoni, Pavão, Carlos Chagas, Nanuque e Serra dos Aimorés no Médio e Baixo Mucuri apresentando uma estrutura fundiária composta prioritariamente por latifúndios destinados à pecuária extensiva e a silvicultura;no Alto Mucuri, sobretudo nas regiões oeste e noroeste, predominamas pequenas e médias propriedades onde prevalece a Agricultura Familiar e um contingente habitacional de mais de quarenta mil pessoas residindo no meio rural, trabalhando de forma bastante diversificada na produção de milho, feijão, arroz, café, mandioca, cana de açúcar, frutas e hortaliças, além da criação de gado leiteiro e de corte, porcos, abelhas e outros pequenos animais. Cabe destacar ainda que nesta região há uma presença significativa de agroindústrias familiares, produzindo derivados de mandioca e leite, café torrado e moído, quitandas (pães, bolos e biscoitos), doces diversos e cachaça.

Com uma população rural de aproximadamente cento e cinquenta mil habitantes o Território do Mucuri contraria os índices nacional, da região sudeste e mineiro, apresentando uma população rural que é mais que o dobro dos índices nacional e mineiro, e de quase cinco vezes quando comparado ao índice da região sudeste do país, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

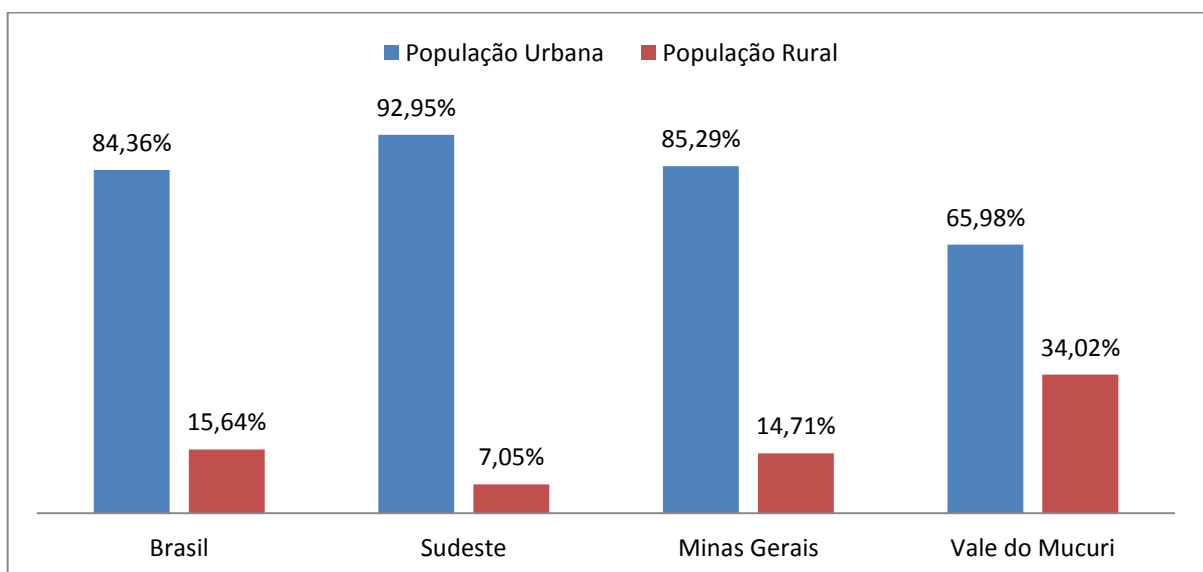


Gráfico 1 – Composição da População Urbana e Rural do Brasil, Região Sudeste, Minas Gerais e Vale do Mucuri em 2010. Fonte: Atlasdo Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

Ao direcionarmos nossa análise para a microrregião noroeste do Território do Mucuri onde esta localizada a EFACIL, nos deparamos com índices ainda mais controversos que aponta uma média de 68,65% do contingente habitacional residente no campo, conforme gráfico abaixo:

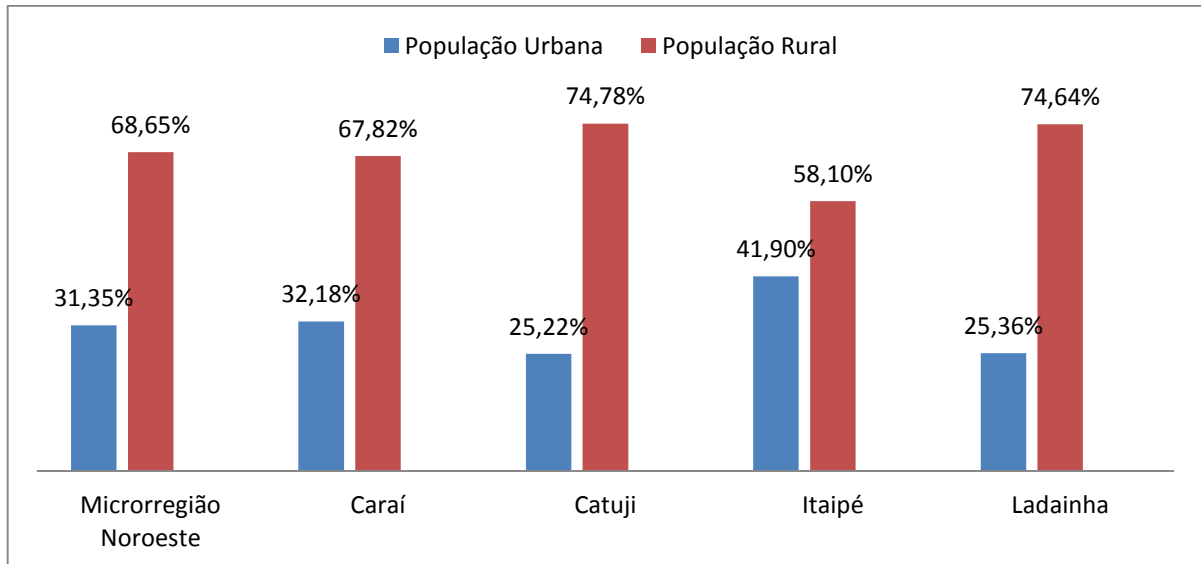


Gráfico 2 – Composição da População Urbana e Rural na Microrregião Noroeste do Vale do Mucuri em 2010. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

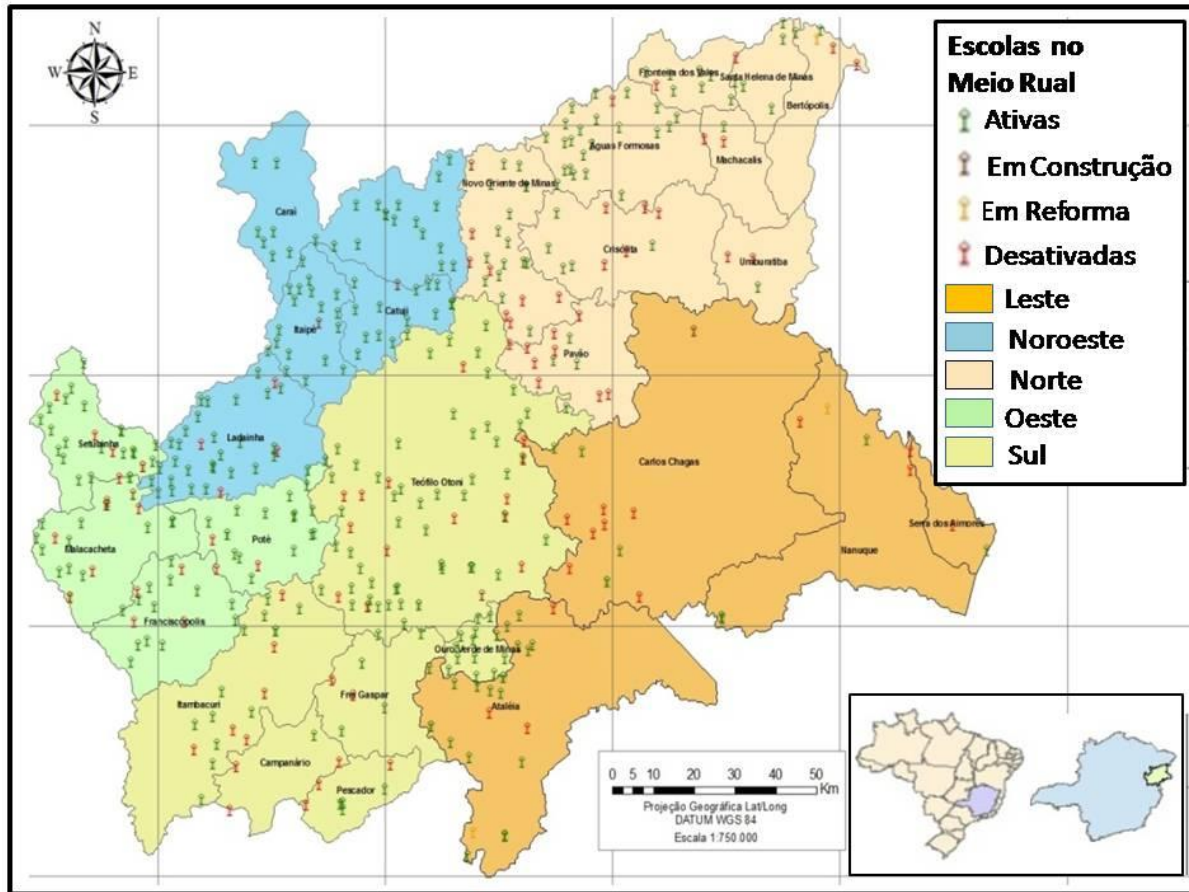
Nesse contexto, os municípios da microrregião noroeste do Território da Cidadania do Mucuri apresentam uma forte demanda por políticas públicas específicas para o povo camponês que ao longo da história tem mostrado seu amor pela terra e sua vocação em cultivá-la.

Embora não se possa negar que houve avanços significativos no que tange as questões referentes à infraestrutura das unidades de ensino, merenda e transporte escolar. A demanda é por uma educação de qualidade, diferenciada e contextualizada às realidades regionais, principalmente aos estudantes oriundos de dezenas de comunidades rurais da região.

Em virtude do programa Territórios da Cidadania, em 2005, a ARMICOPA coordenou uma série de estudos no Território da Cidadania do Vale do Mucuri que se desdobraram na elaboração do PTDRS, documento que em 2010 foi qualificado pelo GEPAF/ UFVJM.

Ambos apontam grandes desafios para a construção de uma educação apropriada à população do campo, como a ausência de interesse e de políticas públicas específicas por parte das municipalidades, a desativação de escolas rurais, a precariedade em várias das escolas existentes, educadores mal qualificados e em péssimas condições de trabalho, dentre outros.

Ao analisar o mapa abaixo, verificamos que a microrregião noroeste possui o melhor percentual de escolas ativas do Vale do Mucuri, com 94,4% das estruturas existentes em funcionamento, porém, muitas delas possuem estrutura física, mobiliária e de matérias muito aquém do ideal.



Mapa 5 – Escolas instaladas no perímetro rural do Vale do Mucuri. Fonte: PDTRS, 2010.

As pesquisas expuseram a precariedade do sistema de ensino destinado às populações do campo. Carências estruturais e a falta de acesso às séries posteriores ao ensino fundamental foram demasiadamente destacadas. As pesquisas mostraram também que o deslocamento dos/as estudantes para as escolas nos centros urbanos é um dos principais fatores da negação da cultura local e que a necessidade de deslocamento por longas distâncias, cotidianamente, é fonte de cansaço e desestímulo para os/as estudantes e apreensão para a família.

E foi diante desse preocupante cenário que a Educação do Campo surgiu como um eixo estruturante do PTDRS, motivando diversas ações importantes com destaque para a implantação da EFASET e da EFACIL, conforme veremos com mais detalhes nos próximos capítulos.

## **CAPITULO II – A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO RURAL DO VALE DO MUCURI**

Este capítulo apresenta o perfil da malha educacional no campo mucuriense, desde a primeira escola fundada por Pastor Hollerbach em 1862, até os dias atuais. Enfatizando desenvolvimento de alguns projetos de educação voltados à população rural como é o caso do Internato Rural em Teófilo Otoni, a Escola Agrícola Terra Mãe em Novo Oriente de Minas e os projetos de Escolas Família Agrícola em Pavão e em Carai, constituem as bases da Educação do Campo no Vale do Mucuri.

### **2.1 - Primeiras escolas rurais no Vale do Mucuri**

Como já vimos no capítulo anterior, em 1857, o médico e educador, Dr. Manoel Esteves Ottoni cria a primeira escola do Mucuri, na fazenda Itamunheque, porém, de acordo com informações pouco precisas, apesar de se localizar numa área rural, a escola criada por Esteves atendia as pessoas da elite urbana, pois naquele momento a população rural era incipiente.

Cabe aqui destacar novamente a figura do Pastor Hollerbach e de outras lideranças da comunidade luterana na implantação de escolas nas comunidades de Lajinha, Liberdade, Potonzinho, Cedro, Córrego Santana, Francisco Sá e outras, porém ainda não estamos falando necessariamente de Educação do Campo.

De acordo com uma pesquisa feita no SEDINE/ SER de Teófilo Otoni, a primeira escola oficialmente instituída na zona rural do Vale do Mucuri só veio acontecer por meio do Decreto nº 5528/1959 do município de Poté e quatro anos mais tarde foi autorizada a instalação de uma escola rural em Campanário.

Para se ter uma ideia da pouca importância dada à educação para o povo do campo, foi somente em 1968 que o município de Teófilo Otoni inaugurou a sua primeira escola rural, a Escola Estadual Cabeceira de São Pedro, nas margens da MG-217, conhecida popularmente como estrada de Pote. Em funcionamento ainda hoje, é uma das poucas escolas rurais da região a oferecer o Ensino Médio.

Ainda de acordo com os dados obtidos junto ao SEDINE, o município de Águas Formosas foi responsável por um crescimento vertiginoso de escolas no meio rural no Vale do Mucuri através do Decreto Municipal nº 148/74 que autorizou de uma só vez o funcionamento de 32 escolas rurais naquele município.

Porém, o grande salto só aconteceu entre 1981 e 1983 quando aproximadamente 130 escolas rurais foram instaladas, passando a atender centenas de residentes rurais dessa região.

A partir de uma pesquisa assistemática com servidores da própria SRE, alguns camponeses e educadores da região, várias das escolas autorizadas a partir da década de 1980, já funcionam informalmente pelos grotões da região, via de regra, em espaços improvisados com capelas, igrejas, nas residências dos agricultores e até embaixo de árvores ou taperas de madeira roliça coberta de palha e sem proteção lateral como presenciei pouco depois da minha chegada ao Mucuri no início da década de 1990 em passagem pela Comunidade de Lajedão em Itaipé.

Embora estas escolas tenham sido instaladas em comunidades rurais, não podemos considerar que a Educação do Campo se fazia ou faz presente em seus Projetos Políticos Pedagógicos, uma vez que a Educação do Campo surge como conceito apenas em 1998. O que se tem na prática, é um grande atentado contra os modos de vida do povo camponês, sua dialética, seus hábitos alimentares, sua religiosidade, costumes, tradições e sua forte relação com a natureza, em detrimento ao modismo impostos pelos padrões urbanos e capitalistas de dominação.

De acordo com pesquisa realizada junto aos estudantes da EFACIL, por muitas vezes ouvimos de vários de seus professores, frases do tipo “Se vocês não estudarem, vão continuar trabalhando no cabo da enxada e da foice, embaixo de sol e de chuva igual aos seus pais” - “Você é muito inteligente, nem parece que é da roça” - “Vocês tem que estudar pra poder encontrar um bom emprego na cidade” e tantas outras frases que em nada contribuem para a valorização desse povo tão importante e fundamental à sobrevivência inclusive dos professores da cidade.

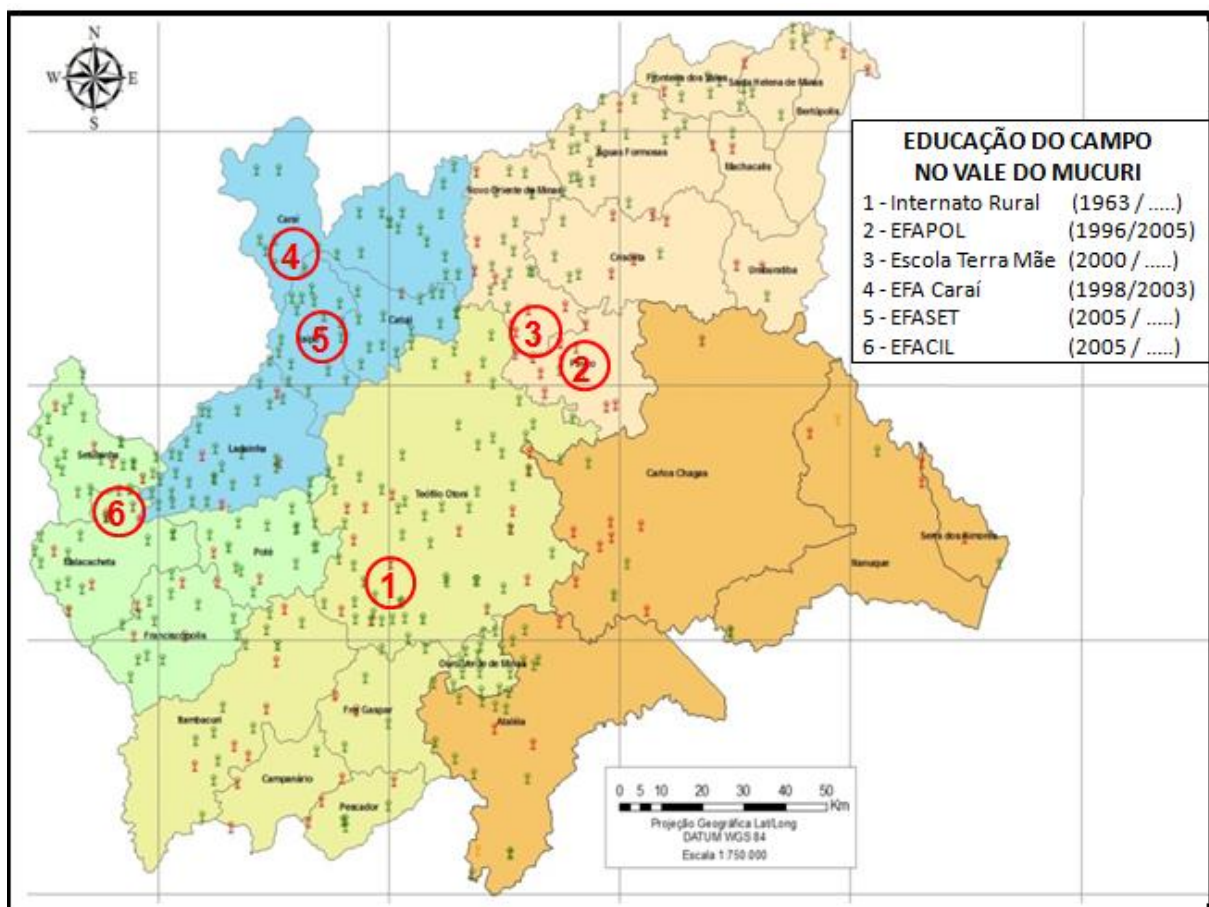
## 2.2 - Desenvolvimento da Educação do Campo no Vale do Mucuri

De acordo com as pesquisas, foi somente em 1963 com a criação do Internato Rural que a educação começa a ser pensada e desenvolvida para o povo camponês, porém, apenas para atendimento à comunidade germânica.

Na década de 1990, a gritante demanda por educação de qualidade no meio rural promove o surgimento de três projetos de Educação do Campo na região, com duas propostas de implantação de EFA e a Escola Agrícola Terra Mãe.

Já vivendo a realidade do programa Território da Cidadania, surgiram dois projetos de EFA que estão em funcionamento nas microrregiões oeste e noroeste do Vale do Mucuri, a EFASET e a EFACIL. Sobre elas trataremos no último capítulo.

Taremos na sequência um pouco do histórico desses projetos, verificando vários aspectos do processo de constituição, desde o surgimento das demandas até os diferentes resultados a que cada projeto alcançou, passando pelos processos de articulação, mobilização, estabelecimento de parcerias, construção de políticas públicas e outros fatores relevantes.



Mapa 6 - Escolas e Projetos de Educação do Campo no Vale do Mucuri. Fonte: PDTRS, 2010. Adaptação ao Mapa de Escolas no Meio Rural do Mucuri.



### 2.2.1 - Internato Rural em Teófilo Otoni

Como visto no capítulo anterior, pouco depois da fundação da Cia do Mucuri, ocorreu o primeiro fluxo migratório alemão para Philadélfia, hoje Teófilo Otoni, com um segundo movimento em 1922. Após superadas as dificuldades naturais de adaptação à nova terra, os imigrantes alemães passaram a praticar a agricultura de subsistência, principalmente através do cultivo de arroz, cana de açúcar, milho, mandioca e café.

Com a cultura cafeeira os alemães, principalmente aqueles que habitavam os municípios de Teófilo Otoni, Ladainha, Pote e Itambacuri conheceram a ascensão a partir da valorização do produto na década de 1920 e mais tarde com a super produção do grão em 1929 e 1931, veio a crise, prejudicando intensamente o processo de estruturação dos alemães na região.

Embora tenha ocorrido um revigoramento da agricultura, principalmente do café na década de 1950, problemas como a broca e secas prolongadas dizimaram plantios inteiros do café. Além disso, a degeneração da área rural, promovida pelo forte desmatamento da Mata Atlântica e o mau uso do solo, fez com que os colonos alemães passaram a viver cada vez mais precariamente.

Nesse período os descendentes alemães e a população do nordeste mineiro em geral, praticamente não conseguiam mais produzir os alimentos para o próprio consumo e os poucos recursos que ainda dispunham eram gastos na aquisição de alimentos para as necessidades mais urgentes, constituindo um cenário de muitas mortes, principalmente de crianças.

Apesar dos esforços de Hollerbach e outras lideranças da comunidade alemã descritos no primeiro capítulo deste trabalho, o alto índice de analfabetismo apresentava-se como grave problema social que atingia a população rural da região.

A partir desse quadro de mau uso do solo, analfabetismo, miséria e fome o então pároco da Comunidade Evangélica de Teófilo Otoni - CETO, o Pastor Walter Dörr e sua esposa Sr<sup>a</sup>Lydia, entenderam que algo precisava ser feito urgentemente. O casal observou que faltavam técnicas para que os colonos pudessem aproveitar melhor os recursos naturais da região e conseqüentemente produzirem mais de forma a atender não apenas ao consumo familiar, mas também para que pudessem se inserir no sistema mercantil e assim alcançar melhores condições de vida.

Diante desse diagnóstico, tiveram a ideia de construir um lar para os confirmandos evangélicos da área rural da CETO, onde os jovens não só seriam instruídos na palavra de Deus, como também receberiam noções de técnicas agrícolas, higiene pessoal e doméstica.

Através de projetos específicos, foram angariando alguns recursos financeiros que inicialmente foi utilizado na compra de um terreno e posteriormente na construção de alguns prédios, até que em 03 de Março de 1963, foi lançada a pedra fundamental do Internato Rural, nome popular da Associação Educacional Evangélica Luterana (AEEL).

Inicialmente o objetivo do Internato Rural era atuar apenas com jovens evangélicos luteranos, oferecendo alfabetização, ensino religioso confirmatório, tratamento médico e dentário, noções de higiene, técnicas agrícolas e domésticas.

Com o passar do tempo a instituição fez valer o seu caráter filantrópico e passou a adotar alguns critérios socioeconômicos para aceitação de estudantes e sem deixar de lado o caráter religioso e da formação cidadã, tornando-se uma instituição educacional, assistencial, de educação e formação profissionalizante, aberta a todas as denominações religiosas.

A partir do entendimento da dinâmica do mundo globalizado e da demanda do mercado por técnicos no setor agropecuário, em 2005 a entidade promove mudanças significativas na sua metodologia e cria a Escola Técnica Rural Luterana – ETRL, passando a oferecer cursos técnico-profissionalizantes.

A princípio foi oferecido o curso Técnico em Agropecuária e posteriormente foram implantados os cursos, Técnico em Informática e Técnico em Mecânica, com ênfase em Manutenção de Tratores, Máquinas e Implementos Agrícolas.

Consolidando seu caráter social, em 2012, a Instituição passa a promover a Inclusão Digital através de aulas semanais, para crianças e adultos de baixa renda e também para funcionários e suas famílias.

É importante salientar que a AEEL, mantenedora do Internato Rural é uma entidade filantrópica e a manutenção das suas atividades se dá em grande parte através de doações, sem as quais seria muito complexa a sua manutenção.

### **2.2.2 - Experiências em Educação do Campo da década de 1990 até 2003**

De forma muito tímida, e ainda sem a compreensão exata sobre o termo Educação do Campo e sua complexidade, na década de 1990 começa a ser difundida a ideia de uma educação mais apropriada para o povo rural e o tema passa a habitar os pensamentos e anseios de alguns educadores e lideranças da região. Desse movimento surgem várias ideias e três projetos que merecem nosso destaque, EFAPOL, Escola Agrícola Terra Mãe e EFA de Caraií.

### **2.2.3 - Escola Família Agrícola do Povoado de Limeira - EFAPOL**

Apesar dos esforços, as informações sobre esta experiência que se desdobrou numa tentativa de implantação de uma EFA foram bastante fragmentadas, comprometendo qualquer afirmação. No entanto, a organização desses fragmentos, nos permitiu a produção de um material minimamente confiável e capaz de oferecer pistas para entendimento do processo de caminhada.

A partir de uma demanda local e através da Portaria 446/98, foi implantada na Escola Estadual do Povoado de Limeira - EEPL em Pavão um projeto experimental de EJA para as séries finais de Ensino Fundamental em Regime de Alternância, para estudantes de comunidades rurais circunvizinhas, tendo alcançado ótimos resultados, inclusive com destaque no cenário mineiro.

Ao que se tem notícia, foi a primeira vez que Pedagogia da Alternância foi utilizada sistematicamente na região.

Empolgados com os resultados e entendendo que ainda havia muito a ser feito para alcançar um sistema educacional adequado, alguns educadores, lideranças e agricultores locais se organizaram em prol da criação de uma EFA.

A ideia era de que a EFA fosse instalada na própria escola da comunidade ou anexo a ela, uma vez que a mesma já contava com uma infraestrutura mínima e tinha turmas funcionando em regime de alternância.

Em 2001 a comunidade adquire um terreno ao lado da EEPL com a ideia de aproveitar a residência existente para funcionamento da parte administrativa, alojamentos e das aulas práticas, ficando para serem desenvolvidas nas dependências da EEPL as aulas teóricas e as refeições.

Com o advento do Programa Territórios Rurais, a comunidade viabilizou junto à SDT/MDA um recurso da ordem de R\$ 430.000,00 para edificação de alojamentos. Porém, quando tudo parecia estar caminhando para o sucesso, acontece no ano de 2005 uma forte enchente que desabrigou boa parte da população daquela comunidade e região que foram abrigados nas dependências da EFA ainda em construção.

Desse momento em diante, vários problemas começam a surgir, pessoas que não tinham pra onde ir, mudanças na administração municipal e saída da diretora da EEPL que era adepta ao projeto, promovendo a desarticulação do movimento e até o fim do projeto de EJA.

Em 2009, até houve por parte de algumas lideranças a tentativa de retomar os debates em prol da implantação da EFA de Limeira, porém, frente a fortes barreiras encontradas mais uma vez o projeto se estagnou e o que temos hoje é novamente uma escola tradicional em funcionamento ao lado de equipamentos que deveriam estar a serviço da Educação do Campo.

#### **2.2.4 - Escola Agrícola Terra Mãe**

A Escola Agrícola Terra Mãe cuja instituição mantenedora é o Instituto Educacional Assistencial Nossa Senhora das Neves - IEDUCAN com sede em Teófilo Otoni, foi criada pela Congregação das Filhas de Nossa Senhora das Neves e iniciou suas atividades no município de Novo Oriente de Minas em 2000, com Curso Regular de Suplência de Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), autorizado pelo Parecer nº 664/2000/MG e Portaria nº 783/2000/MG para atender a um público inicial constituído em sua maioria, de jovens de baixa renda oriundos de comunidades rurais da região.

Tendo em vista o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Novo Oriente de Minas e região, em 2001 é implantado o Ensino Médio concomitante ao Curso Técnico em Agropecuária, visando proporcionar qualificação e habilitação profissional aos jovens. Pois desde o início, é premissa da instituição o desenvolvimento de uma formação integral que possibilite a ampliação das perspectivas desses jovens através da produção e geração de renda, minimizando com isso os altos índices de desemprego, a criminalidade e o forte êxodo rural.

Em 2004 foi implantado um projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ano finais do Ensino Fundamental conforme Parecer nº 764/04/MG.

Hoje, 14 anos após sua fundação, a Escola Agrícola Terra Mãe funciona com as modalidades de Ensino Médio e Curso Técnico em Agropecuária o qual pode ser cursado concomitante ao Ensino Médio ou subsequente ao mesmo, além disso, atende alunos na educação de Tempo Integral - PROETI, em parceria iniciada no ano de 2012 com a Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas.

Desde sua fundação, a escola sobreviveu basicamente com recursos provenientes de doações de Organizações Não Governamentais (ONGs) européias como o Grupo Amigos das Missões da Itália. Porém, com a instalação da atual crise nos Países Europeus, tais doações caíram drasticamente, e hoje a instituição vem encontrando sérias dificuldades para honrar alguns de seus compromissos básicos, pondo em risco o futuro desta instituição que há quatorze anos vem desenvolvendo um importante trabalho na região.

### **2.2.5 - Escola Família Agrícola de Carai**

Ha exemplo do que acontecerá em Limeira, no município de Pavão, nos anos finais da década de 1990 aconteceu no município de Carai outra tentativa de implantação de Escola Família Agrícola, projeto que também não foi exitoso.

De acordo com entrevistas realizadas com lideranças que participaram do projeto, tal ideia surgiu no âmbito do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável(DLIS), programa desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que, de acordo com os entrevistados promoveu pela primeira vez na região a divulgação da ideia de sustentabilidade, colocando-a como eixo central para o desenvolvimento de projetos sociais, econômicos e ambientais.

Ainda de acordo com os entrevistados, o Fórum DLIS foi muito importante para os municípios da região e foi a partir dele que foram constituídos os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), além disso, dezenas de cursos de capacitação foram ofertados a jovens, adultos, homens, mulheres, do campo e da cidade.

Durante os debates sobre o desenvolvimento do setor rural, vieram à tona, os problemas referentes à educação ofertada à população rural e a partir do conhecimento de boas experiências que aconteciam em municípios como, Turmalina, Itinga e Virgem da Lapa no Vale do Jequitinhonha com as EFA, o Fórum priorizou a implantação de uma escola nos mesmos moldes em Caraí.

O projeto contou com a participação de lideranças dos distritos e comunidades rurais do município, com destaque para o Distrito de Marambainha que sempre apresentou um número significativo de participantes nas reuniões.

A Associação EFA foi constituída e uma comissão foi criada para analisar os possíveis locais para a implantação da escola. Na ocasião, o projeto tinha cinco possibilidades de terreno, todos eles particulares e disponíveis para doação.

Segundo relatos, o terreno identificado como o que melhor atenderia ao projeto, localizava-se nas proximidades da sede municipal a caminho do povoado de Corujas, porém, a diretoria da Associação EFA, formado majoritariamente por pessoas do distrito Marambainha queria a escola em sua comunidade.

Diante do impasse, iniciou-se um processo de desarticulação do movimento até o total encerramento dos debates que seguiram até o início de 2003.

Atualmente a EFACIL em Itaipé conta com 19 estudantes de Caraí que ao serem questionados sobre o projeto de EFA em seu município, mostraram-se surpresos, pois nunca tinham ouvido nada a respeito.

### **CAPÍTULO III - O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO VALE DO MUCURI.**

A constituição do Território do Vale do Mucuri trouxe novas perspectivas aos agricultores familiares da região, quando em 2004/2005 foi realizado pela Associação Regional Mucuri de Cooperação de Pequenos Agricultores - ARMICOPA o primeiro Diagnóstico Socioeconômico da Agricultura Familiar do Território da Cidadania do Vale do Mucuri, que apresentou dentre os principais problemas da região, dados alarmantes sobre a educação ofertada à população rural, demonstrando uma realidade de grandes desafios para a construção de um processo de aprendizagem de garantisse dignidade aos/às jovens da agricultura familiar e das populações tradicionais.

Infelizmente, esta realidade não era naquele momento uma prerrogativa do Vale do Mucuri e sim uma realidade de todo Brasil rural e que persiste até os dias atuais, salvo em casos isolados de comunidades, municípios e regiões que constituíram projetos de Educação do Campo, como é o caso das CEFFAs, escolas de Assentamentos, escola sindicais, dentre outros. Cenário que levou Arroyo (2006) a afirmar:

O sistema educativo no campo tem que ser construído como um sistema de afirmação para correção das desigualdades e da dívida acumulada. Não é suficiente esperar que um dia chegue ao campo o que já chegou à cidade! Precisamos mostrar e pesquisar que esse caminho não é suficiente, que a própria natureza das desigualdades históricas exige políticas afirmativas, sistema afirmativo, escola afirmativa. Ou seja, pesquisar e mapear as desigualdades. Resignificar essas desigualdades. Criar consciência dessas desigualdades no Estado, na academia, no campo da educação e na teoria pedagógica. Arroyo (2006)

Em comunhão com o povo camponês, Miguel Arroyo e outros estudiosos/militantes da Educação do Campo com Bernardo Mançano, Irmão Israel, Paulo Cerioli, Roseli Caldart e outros, constituíram em conjunto com entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Universidade Nacional de Brasília (UnB), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo em 1999.

Articulação que trouxe importantes resultados para a Educação do Campo, inserindo o tema nas pautas de discussões de importantes universidades do país, órgãos de governo, organização sindicais e movimentos sociais.

Para os Agricultores Familiares do Vale do Mucuri, a grande oportunidade para promover esta afirmação defendida por Arroyo, aconteceu no ano de 2005, quando da apresentação do primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, resultado do Diagnostico anteriormente mencionado.

O diagnostico apontou uma forte ausência de interesse por parte das autoridades administrativas locais e conseqüentemente uma grande demanda por políticas públicas capazes de efetivar uma proposta educativa capaz de oferecer aos/às jovens do campo uma educação contextualizada às suas realidades e capaz de possibilitar sua permanência nas comunidades de forma digna e com perspectivas futuras.

Além disso, foi constatado que o transporte escolar oferecido, o processo de nucleações geralmente na sede dos municípios e as longas distancias percorridas por alguns estudantes, eram responsáveis diretos pelos altos índices de evasão escolar, repetência e de êxodo rural, que em alguns casos aconteceram por famílias inteiras que se deslocaram para as sedes dos municípios da região para que seus filhos pudessem continuar a estudar.

Apesar de ser uma região com um número considerável de Associações Comunitárias Rurais e possuir Sindicatos de Trabalhadores Rurais bastante ativos, apenas 4,1% das famílias entrevistadas enxergam a escola como fonte de informações para seus lares e segundo a maioria dos entrevistados. Os principais meios de comunicação acessados eram aqueles que divulgam os modos de vida das cidades, fato que aliado à falta de perspectivas de melhoria das condições de vida no campo, vem promovendo um grande fluxo migratório para outras regiões a procura de trabalho tanto no campo quanto nas cidades.

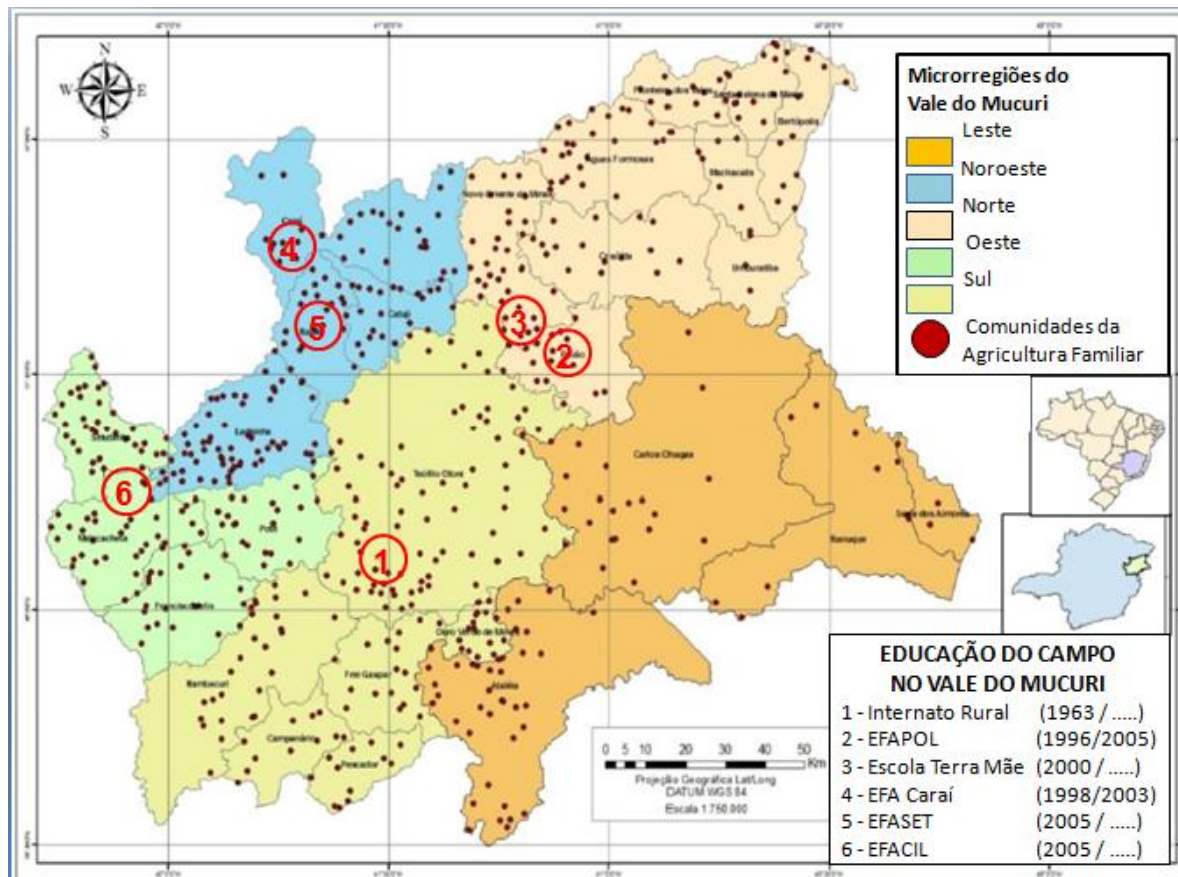
O PTDRS foi socializado com a população regional através de cinco oficinas realizadas nas microrregiões do Território que, além de apresentar os resultados do diagnostico, promoveu debates sobre a destinação dos recursos financeiros do Programa de Apoio a Infraestrutura em Territórios Rurais (PROINF) que por regra deve ser orientado pelo PTDRS, a fim de garantir benefícios à população camponesa e foi no âmbito dessas oficinas que surgiram as propostas



para a implantação de duas EFAs microrregionais, sendo uma com sede em Malacacheta e outra em Itaipé.

Como pudemos observar no Gráfico 2 do primeiro capítulo, as microrregiões Oeste e Noroeste do Território apresentam os mais elevados índices de população residente no campo do Vale do Mucuri, contrariando os índices nacional, estadual e da região sudeste. Tal situação também foi diagnosticada no oeste e noroeste da microrregião Norte do Mucuri e no centro da microrregião Sul com destaque para o município de Ouro Verde de Minas, que dentre as várias comunidades rurais, abriga duas quilombolas.

Ao fazer uma sobreposição com o mapa de relevo do Mucuri, foi identificado que, essas áreas correspondem ao Alto e Médio Mucuri, e como já vimos anteriormente, foram justamente estas áreas que “sobraram” para os camponeses que já não tinham condições de permanecer nas fazendas do Baixo Mucuri e que de acordo com o mapa abaixo, corresponde às áreas com maior quantidade de comunidades rurais da Agricultura Familiar.



Mapa 7 – Comunidades Rurais de Agricultura Familiar e os Projetos de Educação do Campo.

Fonte: PDTRS, 2010, adaptado.

Conforme também podemos observar no mapa, dos seis projetos de Educação do Campo citados neste trabalho, três aconteceram no Médio Mucuri, em Teófilo Otoni, Pavão e Novo Oriente de Minas respectivamente, e outros três se deram em Caraí, Malacacheta e Itaipé no Alto Mucuri.

O elevado índice populacional rural do Alto Mucuri, também teve forte influência da Estrada de Ferro Bahia e Minas que conduziu para a região centenas de famílias do Vale do Jequitinhonha que procuravam por lugares mais favoráveis ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e também atraídos pelas notícias da existência de gemas semipreciosas na região.

Com a abertura da BR-116, esta migração se intensifica, trazendo pessoas de várias regiões de Minas Gerais e também de outros estados, principalmente do sul da Bahia e do norte do Espírito Santo.

Podemos constatar então que, todos os movimentos migratórios para as áreas do Alto Mucuri tiveram forte ligação com o setor rural, seja ele de base produtiva ou extrativista, com o passar dos anos e com o aumento das famílias, as propriedades foram sendo subdivididas aos filhos e netos, favorecendo a formação de um território que mais parece uma colcha de retalhos onde predomina a Agricultura Familiar.

E foi nesse cenário que prosperaram as duas primeiras EFAs do Vale do Mucuri, a EFASET inaugurada em 2013 e a EFACIL em 2014.

Como dito anteriormente, tais projetos surgiram no âmbito do programa Territórios da Cidadania quando das oficinas de apresentação do primeiro PTDRS do Vale do Mucuri e debate sobre os recursos do PROINF.

Coordenado pela ARMICOPA em cada uma das cinco microrregiões, foi apenas nas microrregiões Oeste e Noroeste que se chegou a um consenso de projetos de abrangência regional e não municipalistas.

Em ambos os casos, a decisão sobre o uso dos recursos apontaram para o Eixo Educação. De acordo com relatos, os agricultores tinham o entendimento de que do jeito que estava não poderia continuar, porém, não sabiam exatamente o que fazer para solucionar o problema da educação oferecida à seus filhos/as, sabiam apenas que desejavam uma escola que falasse a língua deles.

E a partir dessa demanda, foram sugeridas nas oficinas das microrregiões oeste e noroeste a implantação de duas Escolas Família Agrícola com abrangência regional, potencializando o atendimento inicial de oito municípios.

## **CAPÍTULO IV - PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS EFA'S NO CONTEXTO TERRITORIAL DO VALE DO MUCURI**

Neste capítulo trataremos de uma forma mais detalhada os processos de desenvolvimento dos projetos em Educação do Campo que surgiram no âmbito territorial, e como já dissemos anteriormente, sem a pretensão de apresentar uma receita que garanta sucesso, mesmo se tratando de dois casos exitosos.

Dessa forma procuramos identificar os aspectos positivos e negativos de ambos os projetos, desde seu início nas oficinas do PTDRS em 2005 até os dias atuais, passando por períodos de ampla mobilização, desânimo, articulação, retomada, intercâmbios, fundação das escolas e perspectivas futuras, procurando responder às seguintes questões: Como se deu o processo de articulação? Quais as parcerias estabelecidas? Como se deu a construção de políticas públicas específicas? Quais foram os resultados alcançados? Quais as dificuldades encontradas? Enfim, o que aconteceu nessas caminhadas?

No entanto, faremos uma análise mais aprofundada sobre a EFACIL onde foram aplicados questionários com os estudantes e a inspetora escolar, além de entrevistas com algumas famílias, membros da AEFACIL e educadores.

Os estudantes foram informados sobre a importância da pesquisa e de um universo de quarenta e dois, dezesseis responderam, 38%; ao ser procurada a inspetora também respondeu positivamente à solicitação; foram entrevistados quatro pais de estudantes; três membros do Conselho da AEFACIL e dois educadores.

Outras informações importantes foram extraídas do livro de Atas da AEFACIL e seu Regimento Interno e também junto aos documentos da escola como o Plano de Curso e o Projeto Político Pedagógico (PPP).

De acordo com a análise dos processos históricos desses dois projetos, e também resgate daquilo que foi vivência a partir de dezembro de 2008, identificamos que suas trajetórias apresentam muitos aspectos em comum, dando a essas escolas um certo grau de parentesco, pois foram concebidas a partir de uma mesma realidade e demanda, no mesmo período e região, passaram por situações muito parecidas, tanto positiva quanto negativamente e tiveram suas inauguração separadas por apenas alguns meses conforme veremos a seguir.

#### **4.1 - Escola Família Agrícola de Setubal - EFASET**

A EFASET está localizado na microrregião oeste do Vale do Mucuri, constituída pelos municípios de Franciscópolis, Malacacheta, Poté e Setubinha, possuindo uma população rural de aproximadamente 24.700 pessoas, que representa algo em torno de 45% da população total, distribuída em oitenta e seis comunidades rurais que abrigam quase seis mil famílias (Senso 2010).

Após a consolidação da demanda e definição de que parte do recurso do PROINF seria destinado às obras de uma EFA na microrregião, teve início um debate para definir o local de sua implantação e a partir da definição de que seria na comunidade de Setubal em Malacacheta, iniciou todo processo burocrático de liberação de recursos para a prefeitura local que executou as primeiras edificações.

Entre os anos de 2006 e 2008 o Programa Territórios Rurais viveu um período de estagnação, sendo encampado novamente no início de 2009, quando o Território do Mucuri passou à categoria de Território da Cidadania.

Durante esse período, praticamente não houve ações em torno da mobilização social e articulação das lideranças para criação da Associação EFA, colocando o projeto numa situação de descrédito e quase um total abandono.

Em 2008, o cientista social Leonel Pinheiro que em 2005 comporá a equipe da ARMICOPA para realização dos Diagnósticos Socioeconômicos e elaboração do PTDRS, assume como docente na UFVJM e imediatamente se integra ao GEPAF.

Após tomar conhecimento sobre a realidade dos projetos das EFAs, realizou uma série de reuniões com os STRs da região, convidando as lideranças a assumir o compromisso de luta pela implantação das EFAs. Um verdadeiro chamamento que contou com uma proposta de intercâmbio com a EFA Jacaré no município de Itinga, no Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais.

A partir dessa iniciativa as discussões em torno da escola passaram a compor as pautas de reuniões dos STRs, CMDRS e Associações Comunitárias até que em 19 de dezembro de 2008 parte do Mucuri uma caravana integrada por agricultores, lideranças e educadores até a EFA de Jacaré, onde por dois dias ouviram e vivenciaram um pouco sobre as práticas e filosofia de uma EFA, constituindo-se num verdadeiro divisor de águas na história das EFAs e da Educação do campo no Vale do Mucuri.

Vista parcial do pátio central da EFA Jacaré em Itinga



Imagem 2 – EFA Jacaré em Itinga. Fonte: Arquivo da EFA Jacaré  
Disponível em : <http://corujaodenoticias.blogspot.com.br/2014/11/escola-comunitaria-familia-agricola-de.html>

Ao retornarem para o Mucuri, os participantes trouxeram na bagagem a certeza de que a luta valia a pena e com o apoio do GEPAF e dos STRs as lideranças locais iniciaram um novo processo de mobilização e articulação, dessa vez com o objetivo bem definido que era a constituição das Associações EFA.

Em maio de 2009 foi realizado no município de Malacacheta o primeiro seminário sobre Educação do Campo da microrregião oeste do Vale do Mucuri, reunindo dezenas de agricultores da microrregião, homens, mulheres, adultos e jovens, além de autoridades municipais e representantes da AMEFA, STRs, UFVJM, ARMICOPA, FETAEMG, EMATER e CMDRS. O evento que teve duração de dois dias foi um sucesso e culminou com a fundação da Associação Escola Família Agrícola Oeste do Mucuri (AEFAOM).

Após a constituição da AEFAOM, iniciasse um novo processo de articulação visando a divulgação do projeto, constituição de novas parcerias e encaminhamento de projeto ao colegiado territorial para aplicação de recursos do PROINF/2009 na ampliação da estrutura física da escola.

Em meados de 2010, a morosidade da SDT/MDA e principalmente da Caixa Econômica Federal na liberação dos recursos, associado à falta de compromisso de alguns membros da associação e outras lideranças, desencadeou um grande desânimo e mais uma vez o projeto começou a entrar em descrédito.

Até que no final de 2011 entra novamente em cena o GEPAF, agora com recursos e equipe exclusiva para dar suporte aos projetos das EFAs do Mucuri.

Esse projeto foi coordenado pela engenheira agrônoma Deliene Gutierrez, que possui amplo conhecimento sobre a Pedagogia da Alternância e Educação do Campo, tendo trabalhado no CTA na Zona da Mata mineira e participado ativamente da implantação da EFA Paulo Freire no município de Acaiaca - MG.

Novas reuniões são realizadas e o povo começa a acreditar que desta vez o objetivo será alcançado. Em maio de 2012 é realizada uma Assembleia Geral para reestruturação da AEFAOM, feito isso teve início um processo de planejamento estratégico para o desenvolvimento das ações futuras que consistiram na divulgação do projeto, novos intercâmbios e procedimentos para elaboração da documentação necessária ao credenciamento da AEFAOM como entidade mantenedora e autorização de funcionamento da EFASET junto à Superintendência Regional de Ensino / Secretária de Estado de Educação.



Imagem 3 - Reunião da AEFAOM comunidade de Setubal. Fonte: Arquivo pessoal

Em agosto de 2012 o GEPAF promove uma nova viagem de intercâmbio, desta vez foram até a EFA Araçuaí, num ônibus cheio de agricultores, lideranças e muita vontade de aprender um pouco mais sobre a dinâmica de uma EFA. Expectativa que segundo membros da AEFAOM foi prontamente alcançada, pois a escola visitada era exatamente aquilo que eles desejavam para seus filhos e filhas.



Imagens 4 e 5 - Atividades práticas na EFA Araçuaí. Fonte: Arquivo pessoal

Neste mesmo ano a AEFAOM conseguiu estabelecer importantes compromissos de apoio financeiro junto à Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Malacacheta. E sempre com o apoio do GEPAF realizou uma série de reuniões e algumas oficinas para desenvolvimento do Plano de Curso, Matriz Curricular, Regimento Interno e Plano Político Pedagógico da EFASET.

Determinados e com a certeza de que a escola iria começar seu funcionamento em fevereiro de 2013, em novembro de 2012 teve início um amplo processo de divulgação da EFA, que contou com a participação de quatro jovens de Itaipé que estudavam na EFA Araçuaí e que ao longo de uma semana percorreram quase todas as escolas urbanas e rurais que ofereciam o 9º ano do Ensino Fundamental na microrregião.



Imagens 6 e 7 – Trabalho de divulgação da EFASET nas escolas. Fonte: Arquivo Pessoal

A documentação solicitando credenciamento e autorização foi encaminhada à SEE que em fevereiro de 2013 através da Portaria nº 378/2013, autoriza o funcionamento da EFASET.

Apesar de quase tudo pronto, parte da estrutura física ainda estava em obra, fazendo com que a AEFAOM decidisse prorrogar por algum tempo a tão esperada inauguração que só veio acontecer no mês de maio daquele mesmo ano.

A EFASET que esta no segundo ano de funcionamento possui uma boa estrutura física e oferece o curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio a aproximadamente 120 estudantes, conta com uma equipe técnica pedagógica bastante qualificada e pelo que pudemos perceber muito comprometida com o projeto, o futuro dos jovens e o desenvolvimento da agricultura familiar regional através da agroecologia.

## 4.2 - Escola Família Agrícola de Caraí, Catuji, Itaipé e Ladainha - EFACIL

A EFACIL esta localizado na microrregião noroeste do Vale do Mucuri, sendo constituída pelos municípios que a nomeia, sua população rural é de aproximadamente 39.700 pessoas, representando algo em torno de 68% da população total, distribuída em cento e nove comunidades rurais que abrigam quase dez mil famílias (Senso 2010).

Na microrregião noroeste, a oficina de apresentação do PTDRS e debate sobre os recursos do PROINF aconteceu no município de Catuji e tão logo se definiu que apresentariam ao Colegiado Territorial a proposta de construção de uma EFA, com abrangência microrregional, representantes do município de Itaipé apresentaram sua candidatura para sediar a escola, sob dois argumentos que pesaram muito a seu favor, espaço físico e localização estratégica.

A prefeitura possuía uma área de vinte hectares as margens da MG-211 a disposição do projeto e encontrava-se no centro da região. Diante da candidatura e de tais argumentos, Itaipé foi referendado pelos presentes e posteriormente a proposta foi ratificada pelo Colegiado Territorial, instancia máxima do Território, e assim que o recurso do PROINF foi liberado, a prefeitura deu inicio ao processo de contratação e execução da obra que foi concluída em 2006.

De acordo com relatos, da aprovação do colegiado até a apresentação do projeto técnico, tudo aconteceu a toque de caixa, com isso um projeto arquitetônico foi retirado da gaveta que após ser apresentado e aprovado, culminou na construção de um prédio onde hoje funciona a sede da EFACIL, e apesar de estar servindo, apresenta inúmeros aspectos que dificultam a dinâmica da escola, principalmente por atender a jovens de ambos os sexos que precisam conviver de forma muito próxima numa fase em que liberdade é quase o sinónimo da própria vida, além disso, estudantes e monitores ocupam o mesmo alojamento, situação que não é boa para nenhuma das partes, sobretudo para os estudantes, que sentem-se sob vigília a todo tempo.



Imagem 8 – Sede da EFACIL. Fonte: Arquivo Pessoal



Igualmente ao ocorrido em Malacacheta, até 2008 praticamente não houve ações em prol da constituição da Associação EFA e pra complicar ainda mais o projeto da escola, a prefeitura de Itaipé inicia em 2008 a construção de cinquenta casas populares ao lado do prédio da escola, numa tentativa explícita de inviabilizar o projeto EFA em detrimento das eleições que se aproximavam.

É quando entra em cena a figura do Prof. Leonel de Oliveira Pinheiro e do GEPAF/UFVJM com as ações apresentadas no texto sobre a EFASET.

Meu primeiro contato com o Prof. Leonel aconteceu em setembro de 2007 durante a realização da Expedição do Rio Mucuri quando ainda estava radicado em Teófilo Otoni. No ano seguinte, já em Itaipé fui abordado por ele que me convocou para uma reunião no STR local, foi justamente a reunião para acertar os detalhes para a viagem a Itinga e mesmo já dando as minhas aulinhas desde 2005, tendo trabalhado com centenas de jovens do campo, pela primeira vez em minha vida ouvi falar em Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e Escola Família Agrícola.



Imagem 9 – Reunião no STR / Itaipé para articulação da viagem a Itinga. Fonte: Arquivo pessoal

É importante registrar que além de agricultores e suas lideranças, participou também dessa reunião o senhor Gilmar Teixeira Nery, que assumiria a administração municipal em menos de um mês e que fizera o compromisso de que não mediria esforços para que a escola fosse implantada, escalando-se para a viagem até a EFA Jacaré que também contou com a presença do vice-prefeito Durvalino Dias Pinheiro e outros apoiadores como eu que posteriormente vieram a ocupar cargos na administração municipal.

A exemplo do que acontecerá com as pessoas da microrregião oeste, o efeito Itinga também contagiou aqueles do noroeste que partiram do intercâmbio, e lembro-me perfeitamente das expressões de admiração dos colegas que lá estavam. Para mim em especial representou uma mudança radical na forma de enxergar e promover a educação, sobre tudo junto aos jovens do campo.

A partir daí, teve início uma ampla articulação entre o GEPAF, os STRs e as Prefeituras Municipais de Carai, Catuji, Itaipé e Ladainha para constituição da Associação EFA. Durante os dias 22 e 23 de julho de 2009 foi realizado em Itaipé o primeiro seminário sobre Educação do Campo da microrregião noroeste do Vale do Mucuri, que contou com a presença de quase cento e sessenta pessoas da região, dentre elas, dezenas de agricultores, homens, mulheres e jovens, além de autoridades municipais e representantes da AMEFA, FETAEMG, STRs, UFVJM, ARMICOPA, EMATER e CMDRS.

E ao contrário do que acontecerá em Malacacheta, a Associação EFA não foi criada, pois ao perceber que haviam muitas dúvidas a respeito da escola, o educador do campo e assessor da AMEFA, Gilmar Freitas, sugeriu que mesmo diante da forte demanda, que fosse melhor adiar por algum tempo a tarefa e concentrar as forças em atividade de promoção do entendimento das práticas e filosofias de uma EFA. A proposta foi discutida em plenário e após aceita, foi criada a Comissão Pró EFA da qual fiz parte e que ficou com a responsabilidade de promover a articulação do movimento junto às entidades parceiras.

Durante quase dois meses a comissão trabalhou incessantemente até que em 19 de setembro um novo seminário foi realizado e desta vez tendo o seus principais objetivos cumpridos: aprovação do Regimento Interno e a constituição da AEFACIL, composta por vinte membros de forma paritária, sendo cinco representantes de cada município da microrregional.

Como acontecerá em Malacacheta, após a constituição da AEFACIL, teve início um novo processo de articulação visando a divulgação do projeto, constituição de novas parcerias e encaminhamento de projeto ao colegiado territorial para aplicação de recursos do PROINF/2009 na ampliação da estrutura física da escola, que diante das barreiras impostas pela Caixa Econômica Federal não foi executada.

Para se ter ideia das dificuldades de execução de um projeto vinculado à Caixa Econômica Federal, a mesma proposta foi reapresentada ao colegiado em 2010, sendo novamente aprovada, hoje quatro anos depois a Prefeitura de Itaipé ainda não conseguiu concluir a execução do convênio.

Ficou decidido que haveriam reuniões mensais, que aconteceram bem até o final do ano, porém, aos poucos o movimento foi sendo enfraquecido, alguns conselheiros passaram a faltar às reuniões e por várias vezes as reuniões não contaram com representante desse ou daquele município. Isso talvez pelo fato de

que ratificando seu compromisso, o prefeito de Itaipé tenha designado um de seus colaboradores para acompanhar de perto todo processo a fim de garantir apoio irrestrito ao projeto, respeitando sempre a autonomia da associação.

A ideia de pertencimento ainda não habitava a consciência dos conselheiros da AEFACIL e membros da Comissão Pró-EFA, fazendo com que poucas reuniões fossem realizadas entre o início de 2010 e final de 2011. Com isso a escola estava tomando ares de uma EFA municipal, mesmo não sendo esta a intenção do então prefeito.

É quando entra novamente em cena o GEPAF com o projeto de apoio às EFAs do Mucuri que logo de início articulou uma grande reunião convocando principalmente os STRs a assumirem sua responsabilidade no projeto, e foi a partir desta reunião que a coisa engrenou de fato. Ficou definido que as reuniões continuariam sendo mensais, porém, de forma itinerante, cada mês em um dos quatro municípios. Dinâmica que aconteceu plenamente, não havendo até a inauguração da escola, uma só falha, inclusive com meses em que além da reunião ordinária, houve também reuniões de trabalho e/ou Assembleia.



Imagens 10, 11, 12 e 13 - Reuniões Itinerantes da AEFACIL nos STRs. Fonte: Arquivo pessoal.

A partir de uma experiência bem sucedida na Zona da Mata, foi sugerido à AEFAOM e AEFACIL que encaminhasse jovens da região para estudar em EFAs do Jequitinhonha, porém, somente Itaipé conseguiu executar esta tarefa, encaminhado com o apoio da AMEFA, do GEPAF e da prefeitura, quatro jovens para a EFA Araçuaí que passava a ser outra grande parceira das EFAs do Mucuri.

Chega o ano de 2012 que para muitos foi o mais importante para o projeto, além da eficiência das reuniões itinerantes, aconteceu no mês de junho uma assembleia para reestruturação da AEFACIL, mesmo mês em que foi assinado com a prefeitura o Contrato Administrativo de Cessão de Comodato de uma área de 85.272m<sup>2</sup> (oitenta e cinco mil, duzentos e setenta e dois metros quadrados) e o Termo de Adesão ao Programa de Apoio Administrativo e Pedagógico à EFACIL, termo que também foi assinado com as demais prefeituras e com todos os STRs da microrregião.

Ainda neste ano, acontece a viagem para o intercâmbio com a EFA Araçuaí e começa a ser executado o PROINF/2010, com aquisição de materiais e equipamentos para a escola e edificação de novas salas de aula e banheiros. Começam também os mutirões para limpeza e reforma do prédio construído em 2006 e que até o momento encontrava-se em total abandono.



Imagem 14 - Em viagem para a EFA Araçuaí. Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 15 - Conhecendo as dependências da EFA Araçuaí. Fonte: Arquivo pessoal

No campo das políticas públicas foi encaminhado aos municípios participantes uma proposta de lei para ratificar o Termo de Adesão ao Programa de Apoio Administrativo e Pedagógico à EFACIL, porém, somente Itaipé apresentou resultado positivo naquele ano. Em março de 2014 Ladainha também conseguiu avançar nessa tarefa, porém, até o presente momento Carai e Catuji não o fizeram.

No campo burocrático a coisa também caminhou relativamente bem. O início dos trabalhos foi marcado por uma oficina realizada no STR de Ladainha onde agricultores e educadores, com representatividade de homens, mulheres e jovens discutiram a escola pretendida, subsidiando assim a elaboração do Plano de Curso, Projeto Político Pedagógico e outros documentos, que contou também com o auxílio da AMEFA que encaminhou vários modelos de tais documentos, além disso, vale ressaltar as inúmeras viagens que fiz até Araçuaí para tirar dúvidas e entender um pouco mais sobre a dinâmica de uma EFA.



Imagens 16 e 17 - Oficina para estabelecer o perfil da EFACIL. Fonte Arquivo Pessoal

Em outubro de 2012 foi dada entrada no processo de credenciamento da AEFACIL como entidade mantenedora e autorização de funcionamento da EFACIL junto à SRE de Teófilo Otoni, porém, o prazo de envio ao Conselho Estadual de Educação para análise do processo era muito curto e apesar de terem demonstrado muita boa vontade, o pessoal do Serviço de Atendimento e Informações Educacionais - SEDINE não possuía conhecimento suficiente para orientar o desenrolar de um projeto de EFA. Fatores que unidos inviabilizaram a inauguração da escola que estava prevista para o início de 2013.

A entrevista com a inspetora ratificou algumas suspeitas que foram surgindo ao longo do tempo e dos encontros em Itaipé e também na SRE.

Ao ser perguntada sobre as condições educacionais ofertadas aos jovens rurais nas escolas urbanas, foi categórica em afirmar que as escolas urbanas não oferecem condições adequadas à formação educacional dos jovens camponeses. Com relação ao conhecimento sobre Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e EFA, pudemos concluir que estava muito aquém do necessário para orientar o processo, mas apesar de algumas dificuldades iniciais para estabelecer

um diálogo, não houve má vontade e à medida que a inspetora ia entendendo o projeto as coisas passavam a caminhar com mais facilidade.

Finalizando a entrevista, afirmou ter encontrado muitas dificuldades, mas demonstrou grande satisfação em ter participado do processo que a proporcionou ampliação de conhecimento e um novo olhar sobre a Educação do Campo.

Embora frustrados pela não inauguração da escola, os trabalhos não pararam em 2013, os mutirões continuam, novas edificações são entregues e após longos debates e orientações da inspetora o processo é encaminhado à SEE que o aprova, encaminhando-o ao Conselho Estadual de Educação, que faz algumas ressalvas no Plano de Curso, fazendo com que o responsável pelo processo por parte da AEFACIL se deslocasse até Belo Horizonte para esclarecer as dúvidas que na verdade só existiram devido a falta de conhecimento sobre a Pedagogia da Alternância e a dinâmica de uma EFA por parte dos conselheiros. As dúvidas foram esclarecidas, acordos foram realizados até que em 06 de novembro através do Parecer nº689/2013 a AEFACIL foi credenciada e sete dias após através da Portaria nº1170/2013 a EFACIL foi autorizada a funcionar.

Os trabalhos de divulgação da escola que já estavam acontecendo se intensificam, as inscrições começam a ser feitas, a escola passa pelos últimos retoques e a data de inauguração é marcada para 02 de fevereiro 2014.

Na segunda semana de janeiro é definida a equipe técnica pedagógica da escola e a uma semana da inauguração novos mutirões são realizados para deixar tudo em ordem.

A inauguração foi marcada pela presença de mais de cem pessoas de quatro municípios, além de contar também com a presença de outras lideranças regionais e representantes do Colegiado Territorial, porém, o que mais valeu a pena registrar foi a presença dos jovens ávidos para ingressar na escola.



Imagens 18 e 19 - Inauguração da EFACIL. Fonte Arquivo Pessoal

A benção foi ecumênica, o almoço solidário, as tarefas de preparo dos alimentos, lavação e arrumação de espaço foram coletivas, tal qual deve ser numa EFA e por volta das dezesseis horas quando os últimos convidados e familiares foram embora, teve início a semana de adaptação dos 42 jovens que pleiteavam uma vaga na EFACIL.

#### **4.2.1 - A EFACIL e os primeiros meses de funcionamento**

A semana de adaptação foi marcada por muito diálogo sobre a juventude, ruralidade, modernidade, agricultura familiar, agroecologia, educação, formação técnica e humana. Ao final do processo que se encerrou em 07 de fevereiro, apenas um estudante disse não a escola, e de acordo com informações de conhecidos atualmente encontra-se em São Paulo trabalhando na construção civil.

Ao longo da semana que teve o acompanhamento importantíssimo do educador popular e assessor da AMEFA, Gilmar Oliveira, os jovens foram se incorporando da dinâmica de uma EFA, da Pedagogia da Alternância e dos conceitos de agroecologia, agricultura familiar e educação do campo.

As falas de alguns jovens foram ponto de reflexão e auxiliaram a equipe pedagógica no entendimento do perfil da turma e planejamento das aulas que teriam início em breve. “Aqui é muito bom, ninguém briga com a gente”; “Aqui nós somos tratados com educação, lá em casa é só na base do xingo”; “Nessa escola é bom porque a gente como cinco vezes por dia”; “Não quero voltar pra casa, gostaria de ficar aqui na escola direto”

Sete meses após o início das aulas alguns estudantes saíram e outros ingressaram, totalizando 42 estudantes divididos em duas turmas que se alternam entre Tempo Escola e Tempo Sócio profissional a cada duas semanas, sendo uma turma composta por dezenove estudantes de Carai e Catuji e a outra com vinte e três estudantes de Itaipé, Ladainha e também de Novo Cruzeiro que inicialmente não fazia parte do projeto da escola, porém, a partir da apresentação de demanda por vagas foi incluída através de uma parceria com o STR local.

Para melhor entendimento da situação atual da escola, foi aplicado um questionário com os estudantes que apontaram como principais motivadores de ida para a EFACIL o Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, boas

perspectivas futuras e o sistema educacional oferecido, contudo, outros fatores foram pontuados como o fato de poderem conhecer novas pessoas, experimentar a convivência em grupo e a alternância como alternativas às longas, cansativas e incertas viagens diárias a que eram submetidos.

Quando questionados sobre sua adaptação à escola, apontaram como maiores obstáculos a convivência diária com pessoas diferentes, o fato de terem que acordar todos os dias às seis da manhã, a dinâmica da escola e ter que ficar quinze dias fora de casa, também foi pontuado o currículo extenso, o ritmo intensivo das aulas, a indisciplina de alguns colegas, o pouco tempo para estudos extras, a condição coletiva a que tudo está submetido e a dificuldade no desenvolvimento das atividades propostas para o Tempo Sócio profissional.

Quanto aos fatores que favoreceram a permanência dos estudantes na EFACIL, não houve nenhum grande destaque e sim uma conjuntura de aspetos como o fato de que muitos deles já eram amigos ou conhecidos em suas comunidades e/ou escolas anteriores, as novas amizades, o senso de respeito mútuo, o companheirismo que foi se estabelecendo ao longo do tempo, o sistema educacional que fala a língua deles, o entendimento de que para se alcançar os objetivos é preciso dedicação aos estudos, disciplina e sacrifício, a dedicação dos educadores, saber que em alguns anos serão profissionais e a convivência com pessoas diferentes que com já vimos, também foi apontado como ponto negativo.

Perguntados sobre o significado da EFACIL em suas vidas a ampla maioria respondeu que representa a esperança de uma melhor perspectiva de vida, pois a partir de uma educação diferenciada e de qualidade começam a enxergar um futuro que para a maioria não existia, disseram também que a escola é uma verdadeira família ou até mesmo extensão da sua própria, e que ela está diretamente associada ao constante crescimento humano, além de representar um processo de grande aprendizado e superação.

Por fim, expuseram suas opiniões sobre o futuro da escola, afirmando que, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, acreditam e esperam que a escola continue a se desenvolver dentro da metodologia e filosofia proposta, pois a entendem como fundamental na formação técnica e humana dos jovens e acreditam que se as coisas funcionarem da forma que deve ser, a EFACIL poderá ser uma referência e até mesmo a melhor escola da região.





Imagem 20 - Aula Prática com a turma Defensores do Campo.

Fonte: Arquivo Pessoal

Imagem 21- Motivação do 1º Plano de Estudos da turma Sementes do Futuro.

As entrevistas realizadas com os membros da AEFACIL revelaram que o engajamento em torno dessa escola se deu pelo entendimento de que o sistema educacional vigente não atendia as necessidades dos jovens camponeses, “é muito sofrimento para os jovens, ter que acordar tão cedo pra ir a escola em ônibus sem conforto e muitas vezes para não ter as cinco aulas, e ainda ficam debochando deles, até alguns professores, só porque são da roça”.

De acordo com as entrevistas, no início, as maiores dificuldades foram em relação ao funcionamento da EFA, principalmente no que se refere à Pedagogia da Alternância, outra grande dificuldade foi de fazer com que os agricultores já cansados de tantas promessas acreditassem no projeto, pois à medida que o tempo passava e a escola não entrava em funcionamento, muitos abandonaram a caminhada e houve até quem passou a divulgar que a escola nunca funcionaria, “se alguns saíram, outros entraram e hoje a EFA é uma realidade”.

Sobre os primeiros meses de funcionamento da EFACIL, o grande destaque é a alegria e satisfação de poder ver esse sonho realizado, porém, foram apontadas algumas preocupações quanto à estrutura da escola, a parte técnica e o fato de alguns estudantes terem deixado a escola.

Quanto às perspectivas futuras, demonstraram ao mesmo tempo entusiasmo e cautela, pois acreditam que a escola muito contribuirá com os jovens da região e o fortalecimento da Agricultura Familiar, porém, há uma preocupação quanto à aplicação das ferramentas pedagógicas e também quanto a constituição de um quadro profissional que domine as metodologias necessárias a uma EFA “quando visito a escola, não vejo o que vi em Araçuaí”. Ao mesmo tempo reconhecem a dificuldade da tarefa, acreditando que logo isso será resolvido.

A exemplo da entrevista com os membros da AEFACIL, as entrevistas com os pais que aconteceu de forma assistemática, revelaram opiniões controversas até do mesmo entrevistado. De modo geral demonstraram felicidade pela oportunidade que seus filhos estão tendo, um aspecto positivo identificado foi a mudança de comportamento de alguns jovens, tanto de seus filhos, quanto de outros velhos conhecidos “minha filha não conversava nem com a gente em casa direito, hoje ela chega conversa, brinca e fica logo querendo me mostrar o que aprendeu na escola”. Negativamente as entrevistas revelaram preocupações quanto a alguns aspectos disciplinares e a falta de estrutura adequada para que os jovens possam permanecer durante quinze dias na escola e lembram que até o momento uma das principais ferramentas pedagógicas de um EFA não estava sendo aplicada, a visita às famílias.



Imagens 22 e 23 - Noite Cultural com os estudantes e a comunidade vizinha. Fonte Arquivo Pessoal

#### 4.2.2 - Análise das observações realizadas ao longo dos últimos sete meses

Sob esse primeiro período de funcionamento da escola fiz uso da observação para coleta de dados, porém, contrariando alguns aspectos das perspectivas futuras apontados pelos estudantes e mais próximo de alguns apontamentos feitos pelos membros da AEFACIL e pais de estudantes, foi diagnosticado que a escola tem encontrado sérias dificuldades em seu dia a dia principalmente ao que se refere ao quadro de profissionais, gerenciamento da escola, infraestrutura e utilização das ferramentas básicas da Pedagogia da Alternância.

Ao iniciar seus trabalhos a escola possuía um quadro técnico pedagógico composto por oito educadores, sendo seis Monitores Internos que de acordo com a AMEFA é o número mínimo para uma EFA em estágio inicial e duas professoras externas, ao longo dos três primeiros meses, três internos saíram, sendo substituídos por uma interna e dois externos posteriormente outros dois externos saíram, sendo substituídos por um interno e outra externa, com isso a escola conta atualmente com apenas três Monitores Internos, ou seja, a metade do mínimo ideal.

Se num certo período da história os conselheiros da AEFACIL não possuíam o sentimento de pertence, hoje a impressão que se tem é de que pelo o presidente da associação o tem em demasia, uma vez que se coloca literalmente como dono e patrão da escola. Tal impressão esta baseada no fato de que muitas das ações exercidas por ele deveriam ser exercidas pela equipe administrativa e pedagógica da escola, pois apesar do seu empenho e dedicação nos últimos dois anos, como pudemos observar no Artigo 25 da Seção VI do Estatuto da AEFACIL não lhe é conferido o direito de individualmente tomar as decisões pela associação e muito menos pela escola, desde compras de alimentos até a contratação dos profissionais, seguindo critérios pessoas em detrimento do melhor funcionamento da escola e melhor utilização dos recursos financeiros que são parcos.

Como se não bastasse, sua presença na escola é quase que diária, inibindo a ação de alguns educadores e estudantes que se sentem constantemente vigiados. A certeza de propriedade é tão grande que ele se sente no direito até de usar o tempo das aulas para bater um papo com os estudantes e até mesmo de retirá-los da aula para ir buscar esterco, participar de reuniões externas e outras atividades que deveriam ser executadas pela equipe administrativa.

Outra preocupação é com relação à atual equipe administrativa da EFACIL, que vem apresentando sérias dificuldades com relação às atividades diárias, sobretudo com no que tange o domínio das práticas pedagógicas e do relacionamento interpessoal com alguns estudantes. De acordo com um estudante já houve até caso de uma colega ter que sair da sala de aula para ir digitar um texto simples, já que quem o deveria fazer não possuía conhecimento suficiente.

Passando ao aspecto estrutural, ficou entendido que para o atual número de estudantes, a estrutura física existente é suficiente, no entanto, a arquitetura do prédio promove um contato excessivo entre os membros da comunidade escolar.

Situação que poderia ser diferente com a utilização do outro prédio que possui três salas e banheiros.

Dentro a filosofia das EFAs, o sucesso da Pedagogia da Alternância está condicionado à boa utilização de algumas ferramentas básicas, o Caderno de Acompanhamento, o Caderno da Realidade, as Pesquisas e Atividades de Retorno, a Tutoria e a Visita às Famílias. Porém, mesmo instruídos pela AMEFA os educadores vem encontrando dificuldades para colocá-los em prática desde o início das aulas, situação preocupante que possivelmente esta associada ao fato de que até o mês de agosto, nenhum dos profissionais da escola possuía experiência em EFA ou com a Pedagogia da Alternância, nem de ter trabalhador ou estudado.

De acordo com o planejamento feito no início do ano, as visitas às trinta e nove famílias, considerando que na escola há três pares de irmãos, deveriam acontecer ao menos três vezes ao ano, porém alega-se que não o estão fazendo devido à falta de veículo para executar a função. Tal qual o fazem e/ou fizeram tantas outras EFAs principalmente nos anos iniciais de funcionamento, a execução dessa atividade poderia ser feita de forma alternativa com o apoio das entidades parceiras, utilizando veículos dos próprios educadores, ir de ônibus, carona, bicicleta ou até mesmo a pé, uma vez que há estudantes e educadores que residem na mesma comunidade.

Contudo é notória a evolução dos jovens que em sua maioria chegaram com a auto-estima muito baixa; com alguns sonhos, mas sem perspectivas; inibidos e com um nível de conhecimento geral, leitura e escrita muito aquém do que deveriam ter estudantes do Ensino Médio.

Hoje já demonstram um bom amadurecimento e compreensão de si mesmos, do coletivo, do curso e da escola, tanto é que, mesmo diante de tantos problemas enfrentados, principalmente nos últimos quatro meses, daqueles que pensaram em desistir do curso e da escola, apenas uma evadiu e os demais resolveram dar mais um voto de confiança à associação e a escola.

Diante de tudo isso fica difícil projetar o que será da EFACIL daqui a alguns meses, um ano ou uma década. A impressão é que ao assumir uma postura de patrão, o presidente da associação esteja promovendo um processo de desarmonia no funcionamento das atividades cotidianas, atrapalhando inclusive o andamento das aulas ao sentir-se no direito de interrompê-las para discutir assuntos que mesmo do interesse de todos, poderiam ser discutidos em momentos

específicos. Em nossas observações, presenciamos por várias vezes esse tipo de situação que pra piorar teve o horário contato como aula.

Somente no mês de setembro é que a associação admitiu seu primeiro educador com experiência em EFA, tratasse de um Técnico em Agropecuária formado na EFA Bontempo, uma das escolas referência no Vale do Jequitinhonha, e mesmo sendo esta a sua primeira experiência como docente, pelo que já pudemos perceber, tem demonstrado grande interesse e dedicação ao projeto como um todo.

Portanto, mesmo receoso de traçar uma perspectiva futura, credito o sucesso da escola, à garra e determinação de seus estudantes, sujeitos centrais da existência de uma EFA e também às contribuições de alguns monitores internos e professores externos tem feito o possível para garantir um bom nível de aprendizado, porém, é preciso também que toda comunidade ande de mãos dadas, e que principalmente as famílias se façam mais presentes na escola e na vida de seus filhos para que essa escola possa se firmar como uma Escola Família Agrícola de fato.

## CONCLUSÃO

A pesquisa nos revela que a ocupação do espaço rural do Mucuri, tem início com a chegada dos primeiros imigrantes europeus em meados do século XIX, e desde então havia uma demanda por educação para esta parcela da população.

Com o passar dos anos e de acordo com cada período histórico, a ocupação do espaço rural foi se alterando com movimentos internos e chegada de novos sujeitos, promovendo a existência de um campo bem povoado, principalmente nas regiões do Alto e parte do Médio Mucuri que nos dias atuais apresentam um elevado contingente habitacional constituído por milhares de famílias que tem na Agricultura Familiar o seu modo de vida e sustento.

Ao longo desse processo de desenvolvimento, cresceu também a demanda pela educação formal, que embora importante, não contempla as necessidades do povo camponês que passaram a desejar uma educação diferenciada e contextualizada.

A partir desta demanda, surgiram várias propostas de implantação de escolas alternativas àquelas oferecidas pelo sistema tradicional. Dentre as quais destacaremos seis projetos, com ênfase para aqueles criados a partir do programa Territórios da Cidadania.

De acordo com a análise dos processos de constituição desses projetos, podemos subdividi-las em três conjuntos.

No primeiro composto pelo Internato Rural e Escola Agrícola Terra Mãe, ambas nascidas no âmbito de instituições religiosas, Luterana e Católica respectivamente, fica evidente que já havia uma estrutura organizacional nas bases desses projetos, além disso, ambas estão e/ou estiveram em algum momento ligadas a organizações internacionais que contribuem e/ou contribuíram financeiramente para o seu desenvolvimento.

No segundo conjunto, estão os projetos da EFAPOL e EFA de Carai, constituídas a partir de demandas legítimas e que promoveram boas articulações, debates e organização social, chegando muito próximo de seus objetivos, mas que devido a uma séria de situações não alcançaram o resultado esperado.

A EFAPOL sofreu com problemas climáticos, a mudança na direção da Escola Estadual do Povoado de Limeira e também com questões políticas partidárias.

Já a proposta de implantação de uma EFA em Caraiá, que chegou até a constituir uma Associação EFA, encontrou sua principal barreira na queda de braço para definir o local onde a escola seria implantada, e como não houve acordo o projeto não seguiu a diante.

O último conjunto que é composto pela EFASET e a EFACIL tem sua origem a partir de dados consolidados por um diagnóstico que ratificou as demandas existentes, além disso, a concepção desses projetos possui um caráter microrregional e não municipalista, fator que principalmente no caso da EFACIL contribuiu para o fortalecimento das ações coletivas.

Contudo, ambos estiveram muito próximos serem encerrados devido à falta de um referencial, situação que só foi resolvida a partir do Projeto de Apoio à Associação EFA coordenado pelo GEPAF/UFVJM, que pelo que pudemos entender, foi fundamental para a continuidade dos processos que tiveram como pontos altos a inauguração das duas escolas.

As escolas que consideramos trabalhar com a Educação do Campo são sem dúvida, de suma importância para os municípios atendidos e para o Vale do Mucuri como um todo, entretanto, a demanda por uma educação de qualidade e contextualizada com as várias realidades rurais da região ainda estão muito acima da capacidade de absorção dessas quatro escolas. Com isso, entendemos que a Educação do Campo encontra-se num estágio inicial e precisa ser continuada sistematicamente para que algum dia se possa garantir um sistema educacional adequado ao povo camponês mucuriense.

## REFERENCIAS:

AEFACIL, Associação da Escola Família Agrícola de Caraí, Catuji, Itaipé e Ladainha. **Ata de Reuniões**, Itaipé. 2009-2014.

ANTUNES-ROCHA. Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves. **Territórios educativos na Educação do Campo**: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Coleção Caminhos da Educação do Campo, n. 5.

ARMICOPA - Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores. **Diagnóstico Participativo da Agricultura Familiar do Território do Vale do Mucuri - MG**. Teófilo Otoni, s.n.p, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.º2.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. **Teófilo Ottoni: Ministro do Povo**. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978.

EFACIL – Escola Família Agrícola de Caraí, Catuji, Itaipé e Ladainha. **Proposta Político Pedagógica, Plano de Curso e Regimento Interno**. Curso Técnico Profissionalizante em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio em Regime de Alternância. Itaipé, 2013.

EFASET - Escola Família Agrícola do Setúbal. **Proposta Político Pedagógica**, Curso Técnico Profissionalizante em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio em Regime de Alternância. Malacacheta, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Conferencia Nacional por uma Educação Básica do Campo**. Brasília: 1998. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.1.

GAZZINELLI, Cibele M. Diniz Figueirêdo. **A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO VALE DO MUCURI: TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE**, Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território da UNIVALE, Teófilo Otoni.

GODINHO, Alice Lorentz de Faria.et al. **EXPEDIÇÃO MUCURI**, Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri, Teófilo Otoni, 2007.



GRUPO DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR - GEPAF. **Atualização do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável**: Território da Cidadania Vale do Mucuri - MG / Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-reitoria de Extensão. Teófilo Otoni: UFVJM, 2010.

KEIM, Dalva Neumann. **PASTOR JOHANN LEONHARD HOLLERBACK E TEOFILO BENEDICTO OTTONI: LÍDERES QUE TRANSFORMARAM O NORDESTE DE MINAS GERAIS, E SUA INFLUÊNCIA NA UNIDADE DO BRASIL**, Dalva Neumann Keim, Teófilo Otoni, 2012.

LIRA, Débora Amélia N. de, MELO, Amilka Dayane Dias. **A educação brasileira no meio rural: recortes no tempo e no espaço**. CNPq. Data...

MINAS GERAIS (Estado), Conselho Estadual de Educação. **Pareceres nº 664/2000, nº 764/2004 e nº 689/2013**.

MINAS GERAIS (Estado), Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 684 de 04 de julho de 2005; Portarias nº 783/2000, nº 378/2013 e nº 1170/2013**.

MUTA, Ana Pereira Negry. **A Trajetória da Escola Família Agrícola de Porto Nacional**. Artigo - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

PALITOT, Maria de Fátima de Souza. **Pedagogia da alternância: estudo exploratório na Escola Rural de Massaroca (ERUM)**. Viçosa, MG. 2007.

PENA, Sergio Danilo, DUARTE, Regina Horta. **200 anos da guerra contra os botocudos**. Artigo – Folha de São Paulo. São Paulo, SP. 2008.

PINHEIRO, Leonel de Oliveira. **A Educação no Campo no Vale do Mucuri: O estado da arte**. Artigo - UFVJM - Campus Mucuri. Teófilo Otoni, MG. 2012.

QUEIROZ, João Baptista Pereira de. **O Processo de Implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás**. Mestrado em Educação Escolar Brasileira, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

RENAULT, João Carlos. **Transcrição do Relatório da Expedição dos Rios Mucury e Todos os Santos, realizado por Victor Renault em 1837**, Biblioteca Virtualbooks/ Documentos Históricos do Brasil, 1998.

ROTHER, M. ET.al. **100 anos de imigração alemã em Teófilo Otoni**. Ijuí, Correio Serrano, 1956.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 33 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SCOFIELD, Alyne Rachid Ali. **MODOS DE VIDA E INTEGRAÇÃO SOCIAL DO IMIGRANTE: libaneses em Teófilo Otoni**, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-MG, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, Lourdes Helena. **Educação em Perspectiva – Educação Rural em Minas Gerais: origens, concepções e trajetória da Pedagogia da Alternância e das Escolas Família Agrícola**. Viçosa, MG. 2012.

Site: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

TAVARES, Igor Sorel. **Estrada de Santa Clara**, Departamento Municipal de Patrimônio Histórico e Cultura, Teófilo Otoni, 2006.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. **PIONEIROS ALEMÃES DE NOVA FILADÉLFIA – RELATO DE MULHERES**, EDUCS, Caxias do Sul, 1997.

## ANEXOS

**ANEXO 4 - RESOLUÇÃO Nº 684 de 4 de julho de 2005**

Publicada no Minas Gerais de 05/07/05 páginas 14 e 15

Regulamenta o pagamento de bolsas aos alunos, de que trata o Programa de Apoio Financeiro às Escolas Família Agrícola do Estado de Minas Gerais.

A Secretária de Estado de Educação, no uso de suas atribuições, observada a Lei Estadual 14.614, de 31 de março de 2003 e o Decreto Estadual 43.978, de 03 de março de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ao aluno devidamente matriculado em Escola Família Agrícola do Estado de Minas Gerais, a qual atende aos requisitos constantes do art. 2º da Lei 14.614 de 31 de março de 2003, poderá ser concedida bolsa de estudo que será paga a cada Associação mantenedora, observado o Decreto 43.978, de 03 de março de 2005, na forma do disposto nesta Resolução.

Art. 2º O pagamento da bolsa de estudo em cada exercício financeiro será realizado em duas parcelas, no percentual de 50% cada uma, direto à Associação mantenedora da Escola Família Agrícola, sendo a primeira no início do primeiro semestre e a segunda no início do segundo semestre.

Art. 3º O valor individual da bolsa, para cada exercício financeiro, não poderá ser superior ao valor per capita previsto pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. O valor per capita do FUNDEF será o resultado entre a divisão da previsão da receita do Fundo, no exercício, pelo total de matrículas do ensino fundamental, considerando, para tanto, a base estadual e municipal, devendo a Secretaria informar, via Resolução, o valor de cada exercício financeiro.

Art. 4º A Associação mantenedora, para ter acesso ao benefício para os alunos de sua escola, deverá protocolar pedido de cadastramento junto à Secretaria de Estado de Educação, via Ofício, acompanhado dos seguintes documentos:

- I- Estatuto da Associação mantenedora da EFA ou contrato social atualizado;
- II- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- III- Inscrição Estadual ou comprovação de isenção;
- IV- Certificados de regularidade junto ao FGTS e ao INSS;
- V- CPF e Identidade do dirigente máximo da Associação mantenedora da EFA;
- VI- Declaração de funcionamento da Associação emitida por autoridade local;
- VII- Certidão negativa de débito junto às fazendas públicas (federal, estadual e municipal);
- VIII- Ata de posse do dirigente máximo da Associação mantenedora da EFA;
- IX- Cópia do ato de criação da escola ou de autorização de funcionamento.

Parágrafo único. A Associação deverá, a cada semestre, atualizar os documentos relacionados nos incisos IV e VII e sempre que houver alteração no que se refere aos incisos I, II, V e VIII.

Art. 5º Após a aprovação do cadastro e para viabilizar o pagamento dos valores de que trata o art. 3º, na forma prevista pelo art. 2º, a Associação Mantenedora deverá encaminhar para a Secretaria os formulários:

I - Anexo I - "Informativo de Matrícula", para o pagamento da primeira parcela, devendo ser encaminhado até o último dia útil do mês de fevereiro.

II - Anexo II - "Formulário de frequência do aluno" - referente ao primeiro semestre, para o pagamento da segunda parcela, devendo encaminhá-lo até o último dia útil do mês de julho.

Art. 6º Para o atendimento do bolsista no ano subsequente, a Associação Mantenedora deverá encaminhar à Secretaria ao final do exercício, os seguintes formulários:

- I - Anexo II - "Formulário de frequência do aluno" - referente ao segundo semestre;

II - Anexo III - " Formulário de desempenho do aluno" .

Art. 7º Os anexos I, II e III devem ser encaminhados para a Superintendência Regional de Ensino - SRE à qual escola é jurisdicionada, para posterior encaminhamento à Secretaria, após inspeção.

Art. 8º Às Superintendências Regionais de Ensino compete:

I. Fazer a orientação e o acompanhamento técnico pedagógico, atendidas as exigências curriculares básicas, bem como o projeto pedagógico de alternância das escolas;

II. Inspeccionar a matrícula, frequência e rendimento do aluno.

Art. 9º A escola e a Associação mantenedora devem zelar pela permanência do aluno na escola e pela aplicação do projeto pedagógico de alternância, integrando a escola, família e sociedade.

Art. 10. A Secretaria divulgará previamente, por meio de Resolução, o número de alunos a serem atendidos por escola, o valor total do repasse, o nome da escola e da associação mantenedora que estará recebendo os recursos, acrescido do CNPJ e endereço, bem como a Superintendência Regional de Ensino à qual cada escola está jurisdicionada.

Art. 11. O atendimento ao Programa de Apoio Financeiro à Escola Família Agrícola fica condicionado ao limite dos recursos orçamentários constantes em dotação própria da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 12. O cálculo do valor a ser transferido em cada semestre à respectiva Associação mantenedora da Escola Família Agrícola levará em conta o efetivo atendimento ao educando, apurado de acordo com os dados constantes nos Anexos I, II e III desta Resolução.

§1º. No cálculo previsto no caput deste artigo, será levado em consideração a frequência e aproveitamento mínimos estabelecidos pelo sistema educacional estadual dos alunos matriculados.

§2º. O educando que não atingir os critérios de frequência e aproveitamento não será novamente computado para fins de recebimento do valor individual da bolsa no período subsequente, assim como não será considerado para recebimento no exercício seguinte em que estiver matriculado na mesma série para qual não tenha obtido aproveitamento suficiente no ano anterior.

§3º. Os ajustes necessários ao atendimento ao disposto neste artigo serão realizados na parcela de liberação subsequente a que der causa.

Art. 13. Fica a Superintendência de Apoio à Escola e ao Estudante-SAE - através da Diretoria de Suprimento Escolar-DISE - responsável pelo cadastro das Associações e suas alterações, pela execução orçamentária e financeira e pelas atividades operacionais para o cumprimento do estabelecido por esta Resolução.

Parágrafo único. A Auditoria Setorial da Secretaria de Estado de Educação deverá incluir, obrigatoriamente, em seu planejamento anual, a inspeção ao Programa de Apoio Financeiro a Escola Família Agrícola.

Art. 14. A Associação deve protocolar o seu pedido de cadastro e encaminhar o Anexo I - "Informativo de Matrícula" até o último dia útil do mês de Fevereiro do exercício em que solicita o benefício.

§1º. Os pedidos que forem protocolados, pelas Associações, após essa data serão analisados pela Secretaria e processados para o segundo semestre, sendo que o valor será de 50% do valor da bolsa do exercício financeiro.

§2º. Os pedidos que forem protocolados após o mês de julho do exercício não serão atendidos.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria de Estado de Educação, em Belo Horizonte, aos 04 de julho de 2005.

**(a)Vanessa Guimarães Pinto**

**Secretária de Estado de Educação**

## **ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADA - ESPECIAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

### **ENTREVISTA COM INSPETORES DA SRE**

- 1 – Você acredita que as escolas urbanas oferecem condições adequadas à formação educacional dos jovens camponeses?
  
- 2 – Qual era o seu conhecimento sobre:
  - Educação do Campo
  - Pedagogia da Alternância
  - Escola Família Agrícola
  
- 3 – Como foi a experiência de acompanhar a implantação da EFACIL?
  - Dificuldades, satisfações, frustrações, expectativas e aprendizados.

### **ENTREVISTA COM MEMBROS DA DIRETORIA DA AEFACIL**

- 1 – O que te motivou a participar do movimento em prol da implantação da EFACIL?
  
- 2 – Quais as maiores dificuldades encontradas desde os primeiros passos até a fundação da escola?
  
- 3 – Qual a sua opinião sobre os primeiros meses de funcionamentos da EFACIL?
  
- 4 – Quais as suas expectativas com relações ao futuro da EFACIL?

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES DA EFACIL**

1 – O que te motivou a estudar na EFACIL?

---

---

---

---

---

2 – Com relação à sua adaptação na EFACIL, responda:

a) Quais as maiores dificuldades encontradas?

---

---

---

b) O que favoreceu sua adaptação?

---

---

---

3 – Após sete meses estudando na EFACIL, qual o seu sentimento sobre:

a) Pedagogia da Alternância

---

---

---

b) Educação do Campo

---

---

---

4 – Qual o significado da EFACIL em sua vida?

---

---

---

---

5 – Quais as suas expectativas com relações ao futuro da EFACIL?

---

---

---

---